

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS LITORAL NORTE
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – EaD

ALESSANDRA HERPICH MACHADO

**EDUCAÇÃO SEXUAL NA REALIDADE ESCOLAR SEGUNDO PROFESSORES E
ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA ESTADUAL DO RIO GRANDE
DO SUL**

Porto Alegre

2023

ALESSANDRA HERPICH MACHADO

**EDUCAÇÃO SEXUAL NA REALIDADE ESCOLAR SEGUNDO PROFESSORES E
ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA ESTADUAL DO RIO GRANDE
DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento Interdisciplinar do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais – EaD – Campus Litoral Norte, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientador: Prof^o Dr. Felipe José Comunello

Coorientador: Prof^o Dr. José Luís Abalos Júnior

Porto Alegre

2023

ALESSANDRA HERPICH MACHADO

EDUCAÇÃO SEXUAL NA REALIDADE ESCOLAR SEGUNDO PROFESSORES E
ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO
SUL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento Interdisciplinar do Curso de Licenciatura em
Ciências Sociais – EaD – Campus Litoral Norte, da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),
como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do
título de Licenciada em Ciências Sociais.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Dr. Felipe José Comunello – UFRGS
Orientador

Prof. Dr. Daniel Gustavo Mocelin – UFRGS
Examinador

Prof. Dra. Gabriela Dias Blanco – UFRGS
Examinadora

RESUMO

O presente estudo aborda como professores e alunos entendem a educação sexual, devido às transformações quanto à sexualidade e gênero na contemporaneidade, e à obrigatoriedade e transversalidade da temática em todas as escolas brasileiras. Trata-se de uma pesquisa empírica, que como objetivo principal buscou compreender como a educação sexual é entendida por professores e por alunos do Ensino Médio de uma escola estadual do Rio Grande do Sul. Como método de pesquisa, foram realizadas 15 entrevistas com professores do Ensino Médio e aplicação de questionários com os estudantes dessa etapa de ensino, e para a análise dos dados foi utilizada a técnica da análise de conteúdo, seguindo a abordagem qualitativa. Ficou constatado que professores e alunos consideram a educação sexual como muito importante, porém na escola investigada a temática se mostrou ausente nas práticas didáticas e pedagógicas em todas as disciplinas, contrariando aos pressupostos estabelecidos pelos PCN. Dessa forma, o presente estudo se faz relevante em sua contribuição para as pesquisas sobre a educação, ao estudar diferentes elementos que explicam o entendimento da educação sexual em uma escola de ensino médio, de um pequeno município do estado do Rio Grande do Sul. No mais, o trabalho apresenta-se pelo diferencial de comparar percepções de alunos e professores sobre a educação sexual, podendo servir de aporte para investigações futuras.

Palavras-chave: sexualidade e gênero; educação sexual; ensino médio.

ABSTRACT

The present study addresses how teachers and students understand sex education, due to the transformations regarding sexuality and gender in contemporary times, and the obligatoriness and transversality of the theme in all Brazilian schools. This is an empirical research, which as its main objective sought to understand how sex education is understood by teachers and high school students of a state school in Rio Grande do Sul. As a research method, 15 interviews were conducted with high school teachers and questionnaires were applied to students at this stage of education, and for data analysis the content analysis technique was used, following the qualitative approach. It was found that teachers and students consider sex education to be very important, but in the school investigated, the theme was absent in didactic and pedagogical practices in all disciplines, contrary to the assumptions established by the PCN. In this way, the present study becomes relevant in its contribution to research on education, by studying different elements that explain the understanding of sex education in a high school, in a small municipality in the state of Rio Grande do Sul. In addition, the work is presented by the differential of comparing perceptions of students and teachers about sex education, which can serve as a contribution to future investigations.

Keywords: sexuality and gender; sex education; high school.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	9
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
3.1 Gênero e sexualidade.....	15
3.2 Educação sexual na escola	18
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	23
4.1 Os professores e a educação sexual na realidade escolar	23
4.1.1 <i>A posição dos professores sobre a sexualidade</i>	23
4.1.2 <i>Gravidez na adolescência e Doenças Sexualmente Transmissíveis como ponto de concordância</i>	25
4.1.3 <i>Narrativas sobre a ausência</i>	26
4.2 A educação sexual: comparativo da percepção de alunos e professores	31
4.2.1 <i>Entendimento quanto à educação sexual</i>	31
4.2.2 <i>A sexualidade na prática escolar</i>	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE A – Roteiro da entrevista semiestruturada aplicado na pesquisa	47
APÊNDICE B – Questionário estruturado aplicado na pesquisa	48

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, transformações se tornam visíveis, com novas formas de relacionamento, novos comportamentos, novos estilos de vida, evidenciando uma multiplicidade cultural e diferentes posições quanto ao gênero e sexualidade (LOURO, 2008). No entanto, permanecem condutas discriminatórias na sociedade, como também na escola por professores e profissionais quanto às manifestações sexuais dos estudantes, além da iniciação sexual precoce, do menor uso de preservativos e número de parceiros pelos jovens ocasionar aumento nos casos de doenças sexualmente transmissíveis e elevado número de gravidez não planejadas na adolescência (FURLANETTO et al., 2018).

Desse modo, para cumprir sua função social a escola tem como responsabilidade o desenvolvimento intelectual, físico, social e cultural dos estudantes, e como a sexualidade percorre todas as fases da vida dos alunos, seu desenvolvimento depende dos modelos aprendidos na família e na escola, por meio das ações de professores e funcionários (FURLANETTO et al., 2018). Em vista disso, o espaço escolar se apresenta como instância privilegiada para abordagem da sexualidade, e compete a ela desenvolver ação crítica, reflexiva e educativa (BRASIL, 1998).

Assim, a abordagem sobre a sexualidade realizada de forma sistemática pela escola, promove ações de saúde das crianças e adolescentes, possibilita ações preventivas às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS, prevenção de problemas como abuso sexual e gravidez indesejada, proporciona autoconhecimento e reflexão sobre a própria sexualidade dos jovens estudantes (BRASIL, 1998). Além disso, algumas escolas bem-sucedidas quanto à temática apresentaram resultados positivos, como a diminuição da angústia e agitação nas crianças menores, e aumento do rendimento escolar, como também aumento da solidariedade e respeito entre os colegas (BRASIL, 1998).

A educação sexual se caracteriza como importante desde o nascimento, sendo primeiramente realizada pela família, que muitas vezes não consegue cumprir sua função satisfatoriamente, e acaba repassando essa tarefa para a instituição escolar, que também apresenta dificuldades para cumprir seu papel na orientação sexual de seus alunos, dependendo essencialmente da atuação dos professores (JARDIM e BRÊTAS, 2006). É definida pela legislação como obrigatória nas escolas brasileiras, devendo ser executada de forma transversal no Ensino Fundamental e Ensino Médio, e pode servir como instrumento de transformação, alterando comportamentos e normas relativas à sexualidade (FIGUEIRÓ, 2010).

A partir disso, foi caracterizado o objeto de análise da presente pesquisa por meio de observações realizadas nos ambientes da escola na realização do estágio docente, e em questões levantadas na elaboração do diagnóstico sobre a realidade escolar. Como universo de análise foi selecionada a única escola de Ensino Médio do município de Jaquirana – RS, pertencente a rede estadual de ensino, incluindo professores e alunos vinculados a esta etapa. A escolha se deu pela inserção da pesquisadora no universo estudado, e pela oportunidade de análise a partir da trajetória escolar dos alunos do Ensino Médio no tocante a aplicação e realização da educação sexual pelos professores. Assim, a problemática da pesquisa foi norteadada pelo seguinte problema de pesquisa: Como a educação sexual é entendida por professores e alunos do Ensino Médio de uma escola estadual do Rio Grande do Sul?

O objetivo do estudo foi compreender como a educação sexual é entendida por professores e alunos do Ensino Médio de uma escola estadual do Rio Grande do Sul, tendo como objetivos específicos, descrever a posição dos professores sobre a educação sexual na escola, identificar o conhecimento e competências dos professores sobre educação sexual, relacionar a formação, capacitação e estratégias pedagógicas e metodológicas utilizadas pelos professores sobre educação sexual, e comparar o entendimento dos professores e alunos sobre a educação sexual aplicada na escola.

A metodologia do estudo quanto à natureza se caracterizou como qualitativa e quanto aos objetivos, descritiva. Quanto à técnica de coleta de dados, a pesquisa utilizou da triangulação metodológica, valendo-se de instrumentos como entrevistas e aplicação de questionários estruturados. Assim, a estratégia de pesquisa buscou ampliar a compreensão, e por isso foram usadas diferentes fontes de dados para aumentar o potencial de explicação do problema investigado.

Os dados desta pesquisa foram coletados por meio de entrevistas individuais semiestruturadas com os professores atuantes no Ensino Médio da Escola Estadual de Ensino Médio Deotília Cardoso Lopes, da cidade de Jaquirana – RS, e através de questionário estruturado com os alunos das turmas do Ensino Médio da escola em questão. Após a coleta dos dados, foi realizada a análise dos dados por meio da análise de conteúdo seguindo a abordagem qualitativa, sendo seguidas as etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação, conforme determina Bardin (2006), com a utilização do software MAXQDA.

A presente pesquisa está organizada da seguinte maneira: na presente seção a introdução, na segunda seção é desenvolvido o referencial teórico relativo às temáticas pertinentes, e na terceira seção são abordados os procedimentos metodológicos. Na seção

seguinte, são discutidos os resultados, iniciando pela apresentação da educação sexual segundo os professores, contemplando a posição sobre a temática, gravidez na adolescência e Doenças Sexualmente Transmissíveis como ponto de concordância, e narrativas sobre a ausência da educação sexual no espaço escolar investigado. Em seguida é realizado um comparativo da percepção de alunos e professores, relacionando o entendimento quanto à educação sexual e à sexualidade na prática escolar.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa e descritiva, com o fim de desvendar o fenômeno em questão, a partir do entendimento das perspectivas dos participantes (Merriam, 2002). O interesse da pesquisadora pautou a compreensão de como a educação sexual é entendida por professores e alunos do Ensino Médio de uma escola estadual do Rio Grande do Sul, devido às observações realizadas nos ambientes da escola na realização do estágio docente, e em questões levantadas na elaboração do diagnóstico sobre a realidade escolar.

A investigação foi realizada em uma escola pública da rede estadual de ensino da cidade de Jaquirana, estado do Rio Grande do Sul: Escola Estadual de Ensino Médio Deotília Cardoso Lopes. A escola atua no ensino fundamental, e é a única instituição de ensino médio na cidade. Jaquirana é um município pequeno, cuja população estimada em 2021 era de 3611 habitantes segundo dados do IBGE. Na cidade não existem escolas particulares, e por esse motivo a escola centraliza a formação de ensino médio, atendendo todos os estudantes residentes no município.

A escola contava com 375 alunos matriculados e 26 professores atuando o matutino, vespertino e noturno, no ano de 2022. No ensino médio atuam 19 professores, sendo que dois deles estavam em licença saúde durante a coleta de dados. São nove turmas de ensino médio, 6 turmas da manhã e 3 turmas do noturno, totalizando 163 alunos. No primeiro ano do ensino médio, são a turma 101, com 20 alunos matriculados, turma 102, com 24 alunos matriculados e 103, noturno, com 24 alunos matriculados. No segundo ano do ensino médio, são a turma 201, com 17 alunos matriculados, turma 202, com 17 alunos matriculados e 203, noturno, com 23 alunos matriculados. No terceiro ano do ensino médio, são a turma 301, com 11 alunos matriculados, turma 302, com 12 alunos matriculados e 303, noturno, com 15 alunos matriculados.

Dentre os 17 professores em atividade no ensino médio, foram realizadas entrevistas com 15 profissionais, e devido à dificuldade de conciliar os horários, não foi possível a realização da entrevista com dois professores. Dos 163 alunos matriculados no ensino médio, 112 responderam ao questionário, que foi aplicado no decorrer das aulas, com apoio de uma das professoras supervisoras do estágio docente. Os dados desta pesquisa foram coletados por meio de entrevista semiestruturada, de forma individual com os professores atuantes no Ensino Médio da Escola Estadual de Ensino Médio Deotília Cardoso Lopes, da cidade de Jaquirana – RS, e através de questionário estruturado com os alunos das turmas do Ensino Médio da escola em questão.

A construção dos instrumentos de coleta de dados foi realizada com base na fundamentação teórica, e também considerando a observação e diagnóstico da realidade

escolar, como a experiência de imersão na escola durante o estágio docente. O roteiro da entrevista semiestruturada (Apêndice A) foi aplicado aos professores, e fez emergir uma série de questões, contribuindo para elaboração do questionário estruturado aplicado na pesquisa (Apêndice B). Ambos os instrumentos de coleta de dados foram testados, sendo realizada uma entrevista pré-teste e aplicação de cinco questionários pré-teste, o que resultou na inclusão de uma questão no roteiro de entrevista, e manteve inalterado o questionário estruturado.

As entrevistas da pesquisa foram conduzidas com auxílio de roteiro semiestruturado, que foi elaborado com base nas observações e imersão na realidade escolar, e fundamentação teórica, resultando na orientação de temas e questões para as entrevistas (quadro 1).

Quadro 1 - Orientação de temas e questões para as entrevistas.

Informações	Questões norteadoras	Autores
Perfil do docente	Q1	
Significados compartilhados	Q2, Q3	Avila (2011), Louro (1997, 2008, 2011), Scott (1995), Foucault (1988)
Preconceitos e discriminações	Q6	Felipe (2007), Louro (2011, 2020)
Políticas públicas e legislação	Q4, Q8, Q9,	Brasil (1998), Mandú (2001), Louro (2008, 2020), Leão (2012), Leão e Ribeiro (2012)
Influência de pais e comunidade	Q5, Q10	Furlanetto et al., (2018), Carrara (2015), Silva e Carvalho (2005)
Formação e capacitação	Q12, Q13, Q14	Brasil (1998), Brasil (2005), Furlanetto et al., (2018),
Conhecimento, habilidades e atitudes	Q7, Q11	Brasil (1998), Lira e Jofili (2010), Furlanetto et al., (2018)
Práticas didáticas e pedagógicas	Q15, Q16	Furlanetto et al., (2018), Lira e Jofili (2010)

Fonte: Elaboração própria.

Após o pré-teste e validação dos roteiros de entrevista, foram realizadas as entrevistas com os professores atuantes nas turmas de Ensino Médio Escola Estadual de Ensino Médio Deotília Cardoso Lopes, da cidade de Jaquirana – RS. A utilização de entrevistas semiestruturadas com os professores auxiliaram no sentido de aprofundar as percepções dos mesmos sobre a educação sexual na escola, abrangendo opiniões, crenças e práticas realizadas, contribuindo para responder o problema de pesquisa proposto. A entrevista possibilitou ao entrevistado sentir-se à vontade para falar abertamente sobre o tema abordado, e por isso, ampliou a compreensão quanto o posicionamento dos professores, do conhecimento, das competências e da formação que possuem, abordando também o que é realizado por cada profissional, em termos metodológicos e pedagógicos sobre a educação sexual na escola.

A coleta dos dados por meio das entrevistas ocorreu nos meses de outubro e novembro de 2022, após autorização da Direção da escola. Inicialmente, com apoio da coordenadora

pedagógica, os professores atuantes no ensino médio foram informados da pesquisa, e em seguida foi agendado data e horário para realização, conforme disponibilidade dos mesmos.

As entrevistas foram realizadas no ambiente da escola, em locais livres que permitissem a privacidade na data e horário marcados. Inicialmente, era realizado um agradecimento pela participação e em seguida uma breve explicação sobre a dinâmica da entrevista, comunicando que a mesma seria gravada e que seguiria os princípios de anonimato, e que o uso dos dados ficaria restrito a finalidades científicas. Após a autorização do participante, a entrevista tinha início. As entrevistas foram gravadas com a prévia concordância dos participantes, e após, foram transcritas para a realização das análises. A duração total das entrevistas foi de 4 horas e 38 minutos, com média de 18 minutos por entrevista, e visando o anonimato, as participantes foram nomeadas como E1 até E15, conforme o perfil dos docentes, apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Perfil dos docentes participantes do estudo.

	Sexo	Idade	Tempo profissão (anos)	Estado civil	Religião	Disciplina que leciona	Formação	Contrato ou concurso	Carga horária
E1	M	59	30	Casado	Ateu	Física; matemática	Ciências, Física, Matemática e Biologia Pós graduação: Matemática	Contrato Concurso	20h 20h
E2	F	39	12	Solteira	Católica	Arte; Culturas e tecnologias digitais; Gestão de finanças pessoais	Educação artística e Artes plásticas - pós graduação em Ludopedagogia	Contrato	20h
E3	M	58	38	Separado	Católica	Matemática financeira e Língua Portuguesa	Pedagogia	Contrato	20h
E4	F	28	1	Solteira	Evangélica	Educação física	Educação Física Pós graduação: Educação física escolar	Contrato	20h
E5	F	54	24	Separada	Espírita	Currículo, Mundo do Trabalho, Mercantilismo Projeto de Vida e Ensino Religioso	Pedagogia Pós graduação: Psicopedagogia; Ensino Religioso, Filosofia e Sociologia	Concurso Contrato	20h 20h
E6	F	48	15	União	Católica	História	História Pós graduação:	Contrato	20h

				Estável			História		
E7	F	31	1	Casada	Católica	Língua Portuguesa, Culturas Digitais, Ciências, Projeto de Impacto Financeiro	Língua Portuguesa e Literatura Pós graduação: Língua Portuguesa e Docência em Linguagens	Contrato	20h
E8	F	53	22	Divorciada	Católica	Geografia, Filosofia, Projeto de vida e Sociologia	Geografia e Filosofia Pós graduação: Sociologia	Concurso Contrato	20h 20h
E9	F	44	12	Solteira	Católica	Espanhol; Português; Literatura; Geografia	Literatura	Contrato	35h
E10	F	42	8	Casada	Católica	Matemática; Física	Matemática	Contrato	40h
E11	F	45	27	Divorciada	Católica	Português	Português, Inglês e Literatura	Concurso Contrato	20h 20h
E12	F	42	19	Solteira	Católica	Matemática	Matemática Pós graduação: Supervisão, orientação e administração escolar;	Concurso Contrato	20h 20h
E13	F	24	2	Solteira	Católica	Matemática Biologia; Geografia	Matemática Pós graduação: Metodologia no ensino de Matemática	Contrato	20h
E14	F	38	14	Casada	Católica	Inglês Português Projeto de impacto financeiro	Letras, Inglês e Literatura Pós graduação: Ensino Religioso; Literatura Infanto-juvenil Português Fundamental	Contrato	28h
E15	M	53	27	Casado	Católica	Consumo consciente e sustentabilidade Lixo nosso de cada dia	Pedagogia Pós graduação: Orientação educacional	Concurso	40

Fonte: Elaboração própria.

A elaboração do questionário foi realizada com base no referencial teórico e nas respostas dos questionamentos pelos professores nas entrevistas, como também a partir das observações e imersão na realidade escolar, resultando na orientação de questões para os questionários (quadro 3).

Quadro 3 – Orientação de questões para os questionários.

Informações	Questões norteadoras
Perfil do aluno	Q1 a Q7
Significados compartilhados	Q10, Q11, Q15

Conhecimento	Q8, Q9
Preconceitos e discriminações	Q12
Atuação da escola e professores	Q13, Q14
Temas	Q16

Fonte: Elaboração própria.

Após a realização das entrevistas, foi realizado o pré-teste do questionário estruturado com 5 estudantes, e em seguida aplicados aos demais alunos de todas as turmas do Ensino Médio da Escola Estadual de Ensino Médio Deotília Cardoso Lopes. A coleta dos dados por meio dos questionários ocorreu de 21 a 24 de novembro, durante as aulas, e com apoio da supervisora do estágio docente. Optou-se pela aplicação de questionários impressos, já que muitos alunos não dispunham de acesso a celular ou outro equipamento para realização no formato digital.

Inicialmente, era realizada uma explicação aos alunos, comunicando os objetivos da pesquisa, que se tratava de uma participação voluntária e que a mesma seguiria os princípios de anonimato, ficando o uso restrito a finalidades científicas. Aos estudantes que concordavam em participar lhes era entregue os questionários, para que respondessem de forma individual. Foram devolvidos pelos estudantes 112 questionários impressos, que em seguida foram digitados para posterior análise.

Após a coleta dos dados, foi realizada a análise de conteúdo seguindo a abordagem qualitativa, que considera a presença ou ausência de características de conteúdo, num determinado fragmento de comunicação (Lima, 1993). Segundo Bardin (2006, p.15), “a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.

Foram seguidas as etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação, conforme determina Bardin (2006). Para operacionalização das entrevistas foi utilizado o software MAXQDA e para os questionários o programa Excel. A partir dos dados, foram estabelecidas as seguintes categorias:

Quadro 4 – Categorias de análise.

Categorias	Subcategorias	Descritores
Posição dos professores sobre educação sexual	Essencialismo	Sexo e gênero vinculado à perspectiva biológica
	Normalidade heteronormativa	Discursos, representações e práticas heteronormativas

	Gravidez na adolescência e Doenças Sexualmente Transmissíveis	Perspectiva biológica e de prevenção, com ações pontuais
Silenciamento da educação sexual no contexto escolar	Desconforto e resistência	Postura e experiência do educador frente à sexualidade
	Preocupação com reação de pais e comunidade	Concepção social e cultural contrária à educação sexual
	Formação deficiente	Despreparo e necessidade de formação e treinamento
Entendimento da educação sexual segundo professores e alunos	Compreensão do conceito	Falta de segurança e clareza pelos professores, e compreensão dos alunos sem clareza no conceito
	Responsabilidade pela educação sexual	Compartilhamento entre pais e escola
	Transversalidade do tema	Desconhecimento e preferência por disciplina específica de educação sexual
Sexualidade na prática escolar	Discussão da sexualidade	Demanda dos estudantes e aconselhamento pelos professores
	Situações de preconceito na escola	Preconceitos comuns no ambiente escolar, sendo justificadas pela questão cultural

Fonte: Elaboração própria.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Gênero e sexualidade

Existem diversas abordagens na literatura sobre gênero, que passou a ser considerada como uma categoria de análise junto ao início dos movimentos feministas (ECCEL e GRISCI, 2011). No seu surgimento, o conceito foi inovador em diversos sentidos, vindo a ser concebido e reformulado em momentos específicos da história das teorias sociais sobre a diferença sexual (PISCITELLI, 2009).

A palavra gênero em sua acepção original designa indivíduos de sexos diferentes, masculinos e femininos, mas nas últimas décadas vêm enfatizando a esfera social e a noção de cultura, passando a focar o aspecto relacional, como modo de rejeição ao determinismo biológico das palavras sexo e diferença sexual, que se referem à condição orgânica de macho e fêmea (ARAÚJO, 2005; LOURO, 1997; RABELO, 2010).

Antes da primeira onda do feminismo surgir no final do século XIX e início do século XX, havia uma longa tradição nas ciências sociais que considerava a diferença entre masculino e feminino como princípio universal de diferenciação e classificação, e que em qualquer grupo tais diferenças ditariam personalidades e tarefas consideradas apropriadas para homens e mulheres (PISCITELLI, 2009).

Os primeiros estudos sobre questões de gênero questionando as identidades sexuais de maneira comparativa e transcultural foram de Margaret Mead, publicados em 1935, no qual ela problematizou como homens e mulheres eram forçados a diferenciar-se por papéis atribuídos socialmente em situações cotidianas (FRAGA *et al.*, 2020). Posteriormente ganharam notoriedade os estudos de Simone de Beauvoir, e que viriam a se constituir como um dos principais marcos teóricos do feminismo (CYFER, 2015).

A partir dos anos 1970, houve um crescimento das teorias feministas que começaram a influenciar os estudos de gênero (FRAGA *et al.*, 2020). Neste momento, o entendimento de gênero passa a ser definido como construção social para homens e mulheres, o que resulta em certa determinação das relações entre sexos em diferentes aspectos (RABELO, 2010).

Inicialmente entendido como construções culturais de papéis adequados para homens e mulheres os estudos de gênero posteriormente voltaram-se para uma visão relacional de gênero (SCOTT, 1995). Mudou então a perspectiva dos estudos de gênero para uma abordagem em que a relação entre os homens e mulheres não mais fosse vista como esferas separadas (ARAÚJO, 2005).

Essa nova interpretação ficou conhecida como abordagem descritiva de gênero, considerava as relações como sociais, mas ainda não se preocupa em descobrir as razões pelas

quais são construídas, como funcionam ou mudam, e por isso não apresentam poder analítico suficiente para questionar e mudar os paradigmas históricos existentes (SCOTT, 1995). Nessa abordagem, o campo de relações entre os sexos se estabelecia em torno de ideias de costumes e estabilidade social, minimizando a relação política entre os sexos (PISCITELLI, 2002).

Mesmo tendo a sua característica como fundamentalmente social e relacional essa concepção se torna redutora ou simplista (LOURO, 1997). Privilegia apenas a relação social entre os sexos e não a busca pelas causas das construções sociais, o que não promove mudanças. Só ocorre um rompimento de oposições binárias entre masculino e feminino a partir dos postulados pós-estruturalistas, passando a ênfase aos aspectos causais, especialmente no poder e nas significações, devido a fragilidade conceitual da abordagem descritiva (ECCEL; GRISCI, 2011).

O gênero então passa a ser entendido como uma forma primária de dar significado às relações de poder, em que o conjunto de referências

[...] “estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder e se apresenta como campo persistente e recorrente, mas não único, que possibilita a significação do poder no ocidente (SCOTT, 1995, p. 88)”.

A abordagem feminista pós-estruturalista, com base no pensamento de Derrida e de Foucault (ANDRADE *et al.*, 2002) questiona as narrativas tidas como verdadeiras e problematiza os binarismos de gênero (ECCEL;GRISCI, 2011). Permite assim reconhecer o processo dinâmico de construção e reconstrução do sujeito sexuado (MEYER, 1996), através do afastamento ou da intenção de se afastar de proposições essencialistas sobre os gêneros (LOURO, 1997).

Considera as relações de gênero como um processo dinâmico que só pode ser compreendido no contexto em que é estabelecido, e onde a cultura é parte indispensável para compreender as redes nas quais as relações de gênero estão imbricadas (ANDRADE *et al.*, 2002, p.5). Ser homem e ser mulher se constitui em processos que ocorrem no âmbito da cultura (LOURO, 2008), num espaço de luta e tensão em que estão em jogo diferentes poderes e desejos (ARAÚJO, 2005).

Assim, o “gênero, em todos os grupos humanos, deve então ser entendido em termos políticos e sociais com referência não a limitações biológicas, mas sim às formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social (ROSALDO, 1995, p. 16). A divisão do mundo não pode ser fundada sobre diferenças que se baseiam na divisão sexual do trabalho e na reprodução biológica e social (BOURDIEU, 1995). Isso porque as

representações de gênero estruturam a percepção e organização simbólica de toda a vida social, (SCOTT, 1995).

Nesse sentido, o conceito de gênero se tornou importante ferramenta teórica para pensar as subalternidades, ao questionar certezas fortemente alicerçadas nas diferenças biológicas, ao ganhar visibilidade em diferentes esferas, meio acadêmico, organizações governamentais, militância político-partidária e políticas públicas (FELIPE, 2007). Da mesma forma, a sexualidade vem a séculos sendo tema e objeto de inúmeras pesquisas e análise de cientistas, religiosos, psiquiatras, antropólogos, passando a ser descrita, explicada, educada e normatizada por meio de diferentes perspectivas (LOURO, 2008).

A sexualidade não pode ser considerada como um dado da natureza e, sim, uma construção social, uma invenção histórica que é entendida como historicidade e relação (FOUCAULT, 1988). Isso significa que “diferentes sociedades e épocas atribuem significados distintos às posições de gênero, à masculinidade, à feminilidade e também às várias expressões da sexualidade” (LOURO, 2011, p.64).

O sujeito é inserido no nascimento em um mundo com normas previamente impostas, que são justificadas pela condição reprodutora dos corpos sexuados, conforme os dois eixos anatomofisiológicos, que assim organizam a sociedade por regras (GUIMARÃES, 2012). As normas e regras constituem assim, a dimensão normativa da sexualidade, que são expressas no nível simbólico e ocorrem através de uma série de exigências, tabus, sanções, mandatos, proibições, idealizações, imposições e ameaças, sendo o gênero sempre produzido como uma reiteração de normas do grupo social no nível simbólico (BUTLER, 2020).

Sexo e sexualidade, longe de ser um fenômeno natural, é pelo contrário, profundamente suscetível às influências sociais e culturais (FOUCAULT, 1988). Por isso, devido à sua complexidade, a sexualidade exige uma compreensão diferenciada, por que não se limita apenas a anatomia ou aspectos fisiológicos (VIEIRA *et al.*, 2016; BUTLER, 2003). Pelo contrário, a sexualidade corresponde a uma construção que ocorre nas relações de poder, regulada através de proibições que geram práticas e disposições sexuais que são reconhecidas dentro da linguagem (BUTLER, 2020).

A sexualidade é entendida como inerente aos seres humanos, que se manifesta ao longo da vida, do nascimento à morte e é marcada pela cultura, ciência, história, afetos, sentimentos e valores, tendo fundamental importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas (BRASIL, 1998). Isso significa, que as marcas de gênero e sexualidade ganham significado e são nomeadas no contexto da cultura, mantendo-se provisórias por estarem envolvidas em

relações de poder, e assim constroem a materialidade dos corpos históricos e situados a partir de normas regulatórias que devem ser reiteradas, para legitimar os sujeitos (LOURO, 2020).

Gênero e sexualidade são conceitos amplamente discutidos e falados em diferentes ambientes, em práticas e situações no cotidiano das pessoas, sendo que normalmente aparecem como dimensões articuladas, mas são alvo de confusões e misturas, não só em relação a dimensão conceitual acadêmica, mas também no senso comum (LOURO, 2011). Na verdade, devem ser compreendidos como resultado de uma construção social e histórica, em que gênero e sexualidade são construídos através de inúmeras aprendizagens e práticas, em diferentes instâncias sociais e culturais (LOURO, 2008).

Desse modo, a distinção de sexo e gênero é arbitrária, pois o sexo não é natural e sim discursivo e cultural como o gênero (RABELO, 2010). Gênero e sexualidade se aproximam por que são construídos culturalmente, são provisórios, históricos e são aprendidos em diferentes situações, como escola, família, mídia, religião ou por meio da medicina, em que se ensina a forma de ser um sujeito do gênero feminino ou masculino, ser heterossexual, homossexual ou bissexual, e como expressar desejos em forma de comportamentos e gestos (LOURO, 2011).

A construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente (LOURO, 2008). Por isso, o conceito reivindica pensar o gênero de maneira plural, intensificando que as concepções e representações sobre mulheres e homens são diversos, e que as perspectivas sobre gênero divergem não exclusivamente entre sociedades e momentos históricos, mas dentro das próprias sociedades, considerando os diferentes grupos que a constituem, como grupos religiosos, étnicos, raciais e de classe (LOURO, 1997).

3.2 Educação sexual na escola

Família e escola são instituições que detêm ações complementares na educação (JARDIM; BRÊTAS, 2006). Na família são transmitidos valores e crenças relacionados à sexualidade, mesmo quando o assunto não é debatido abertamente entre pais e filhos (STILLNER, 2017). Já a escola tem um papel complementar à educação que é dada pela família, sendo necessário o diálogo constante entre as partes, devendo a escola informar sobre a inclusão de conteúdos na proposta curricular e explicar os princípios que os norteiam (BRASIL, 1998).

Historicamente, a sexualidade das crianças e principalmente dos adolescentes é preocupação escolar desde o século XVIII, quando se torna um problema público, momento em que a escola passa a concentrar formas aos discursos e qualificar os transmissores, visando ampliar a intensidade e poder do discurso, mas não silenciar os estudantes (ALTMANN, 2001).

No Brasil, os discursos quanto a educação sexual e sexualidade de crianças e adolescentes foi se alterando no decorrer do tempo.

“Nos anos 20 e 30, os problemas de “desvios sexuais” deixam de ser percebidos como crime para serem concebidos como doenças. A escola passa a ser tida como um espaço de intervenção preventiva da medicina higiênica, devendo cuidar da sexualidade de crianças e adolescentes a fim de produzir comportamentos normais. Durante as décadas de 60 e 70, a penetração da educação sexual formal na escola enfrentou fluxos e refluxos [...]. Na segunda metade dos anos 60, algumas escolas públicas desenvolveram experiências de educação sexual. Todavia, elas deixam de existir em 1970 após um pronunciamento da Comissão Nacional de Moral e Civismo dando parecer contrário a um projeto de lei de 1968 que propunha a inclusão obrigatória da Educação Sexual nos currículos escolares. Em 1976, a posição oficial brasileira afirma ser a família a principal responsável pela educação sexual, podendo as escolas, porém, inserir ou não a educação sexual em programas de saúde. Durante os anos 80, a polêmica continuou” (ALTMANN, 2001, p.579).

Esse período foi marcado por intervenções de grupos conservadores e religiosos, que consideravam não ser papel da escola a educação sexual, chegando ao final da década de 1980 e início de 1990 com poucas e isoladas experiências quanto a sexualidade no ambiente escolar (SILVA, *et al.*, 2019). Na segunda metade da década de 1990 a política educacional na abordagem de gênero e sexualidade se altera, a partir da proposta de renovação da orientação curricular com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), consolidando nesse momento a educação sexual nos ambientes escolares (LEÃO; RIBEIRO, 2012; SILVA; CARVALHO, 2005).

Após a promulgação do documento, as práticas educativas referentes à diversidade sexual e gênero ganharam nova visão, principalmente devido ao volume Tema Transversal Orientação Sexual (SILVA, *et al.*, 2019). O tema representou um avanço e relevância para a problematização da sexualidade no ambiente escolar, pois anteriormente inexistia um lugar para a sexualidade nos currículos escolares (LEÃO, 2012).

Os PCN preveem a transversalidade do tema da sexualidade, servindo como orientador do trabalho a ser realizado pelas escolas e professores, em que “O trabalho de Orientação Sexual na escola é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho” (BRASIL, 1998, p.83). O tema passa a ser transversal, não se compõe como disciplina específica, mas se articula com todas as disciplinas historicamente tratadas na escola, como matemática, português, etc. (LEÃO; RIBEIRO, 2012).

No entanto, os PCN são alvo de críticas por que mesmo tendo realizado avanços e concessões sobre a sexualidade, não constituíram estratégias de enfrentamentos e questionamentos, mas sim silenciamentos da diversidade sexual e de gênero que estavam

surgindo na época (PALMA *et al.*, 2015). Depois dos PCN, a legislação sobre diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar foi alvo de retrocessos e avanços, como pode ser observado ao longo da elaboração e da promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 (SILVA *et al.*, 2019). Atualmente, a realidade não condiz com as legislações sobre educação sexual e intenções políticas existentes, pois nas escolas o que se percebe são intervenções que tem como base o senso comum, que reiteram a norma e preconceitos (MARCON *et al.*, 2016).

A educação sexual tem como objetivo orientar os jovens acerca das mudanças que estão vivenciando, compreendendo os aspectos físico, fisiológico, emocional e social, não devendo ser uma transmissão de verdades sobre crenças, valores e preconceitos a respeito da sexualidade, e sim, favorecer discussões, em que os jovens possam conversar, questionar, expressar e refletir livremente sobre suas escolhas afetivas e sexuais (MANDU, 2001). Cabe à escola dar espaço para a expressão da pluralidade de concepções, valores e crenças sobre a sexualidade, e em nenhuma situação julgar, mas sim respeitar as diferenças de educação que cada família oferece (BRASIL, 1988).

Atualmente, são muitas as transformações que se tornam visíveis, com novas formas de relacionamento, novos comportamentos, novos estilos de vida, evidenciando uma multiplicidade cultural e diferentes posições quanto ao gênero e sexualidade (LOURO, 2008). Nesse contexto, as escolas, os currículos e educadores não conseguem se afastar dessa nova realidade, se demonstrando na maioria das vezes perplexos e desafiados com questões que até pouco tempo eram certezas, onde detinham respostas seguras e estáveis passam a emergir novas contestações, novos sujeitos e novas práticas, que não podem ser ignorados (LOURO, 2020).

Diante disto, dentre as inúmeras instituições que tratam sobre a sexualidade, as escolas aparecem como instituição privilegiada, pois exercem um papel importante em relação a orientação sexual durante a infância e adolescência (JARDIM; BRÊTAS, 2006). Elas podem ser vistas como um dos espaços de convivência social mais importantes, tendo um papel de relevância na produção e reprodução de expectativas sobre gêneros e identidades sexuais (FELIPE, 2007).

A escola também pode ser considerada como um espaço em que ocorrem relações de poder entre homens e mulheres, meninos e meninas, de diferentes formas e múltiplas possibilidades, como em piadas de cunho sexista ou racista, controle e vigilância da sexualidade infantil, normatização de comportamentos condizendo ao gênero instituídas, descaso com situações de violência doméstica e/ou abuso sexual. Outro problema comum nas escolas é a discriminação quanto à orientação sexual entre os alunos e também professores, que geram

muitas vezes comportamentos homofóbicos e misóginos nos espaços escolares (FELIPE, 2007).

Estudos apontam que as instituições escolares permanecem mantendo relações de negação da sexualidade, impedindo-a de adentrar em seus muros (SILVA, *et al.*, 2019). A ausência em tratar o tema da educação sexual na escola têm inúmeros motivos, como cita Leão (2009), ao criticar o formato de temas transversais, pois a educação sexual fica vinculada as disciplinas tradicionais, devendo ser debatida em todas as áreas, motivo usado como justificativa para sua não abrangência, ausência de brecha e oportunidade nestas disciplinas para tratar do tema.

Além disso, a escola sofre influência de grupos políticos e cristãos que se opõe ao que chamam de ideologia de gênero, principalmente entre crianças e adolescentes, sendo contrários à difusão nas escolas de qualquer menção relativa a questões de gênero e sexualidade, contrários à igualdade de gênero entre homens e mulheres e contrários ao reconhecimento da diversidade de gênero e de orientação sexual (CARRARA, 2015). Outras dificuldades encontradas na implantação de estratégias para educação sexual nas escolas brasileiras são as crenças sexistas e religiosas de pais e professores, a preocupação da escola com represálias da comunidade escolar, e o desconforto dos profissionais para tratar dessa temática (FURLANETTO *et al.*, 2018).

No ambiente escolar práticas e significados veiculados entre os profissionais não dependem exclusivamente de conhecimentos ou formação, mas também compreendem ideologias presentes no grupo docente e influências externas, constituindo suas posturas quanto à diversidade humana, sexualidade, masculinidades e feminilidades (AVILA, 2011). Como as questões tratadas sobre educação sexual incluem questões que se articulam com diferentes áreas do currículo, necessitam flexibilidade, disponibilidade e abertura do grupo docente (LIRA; JOFILI, 2010).

Para Avila (2011), são grandes as responsabilidades dos professores para uma formação pautada na diversidade sexual, de gênero e cultural, principalmente quando o Estado estabelece para a educação formal objetivos como a superação de preconceitos sexuais e de gênero, incorporando às práticas escolares críticas à normatividade, respeito à singularidade de gênero e à autonomia sexual dos sujeitos. No entanto, nem todos os profissionais da educação estão realmente preparados para trabalhar sobre a educação sexual nas escolas, representando muitas vezes as causas do despreparo apresentado pelos professores, como a educação familiar anti-sexual e opressora que receberam e a pouca discussão da temática na formação acadêmica inicial (SILVA; CARVALHO, 2005).

Por isso, muitos entraves existem para não efetividade da educação sexual na escola (SILVA; CARVALHO, 2005), sendo inquestionável a importância da promoção de ações sistemáticas para preparação dos professores, a partir de bases conceituais e pedagógicas sobre orientação sexual, identidade de gênero, como expressões da diversidade social que precisam ser abordadas nas escolas em defesa dos direitos humanos (BRASIL, 1998).

Pode-se dizer que após a publicação dos PCN, a capacitação dos profissionais para educação sexual obteve avanços, com a publicação do Manifesto Brasil contra a homofobia, buscando uma formação que contemplasse os princípios da diversidade humana e da liberdade sexual (AVILA, 2011). A intenção foi “promover a formação e a capacitação de profissionais da educação para a cidadania e a diversidade, pelo reconhecimento do direito à livre expressão afetivo-sexual e à livre identidade de gênero de cada cidadão e cidadã” (BRASIL, 2005, p.4).

Por isso é necessário que o educador tenha formação específica, visando a construção de uma postura profissional para desenvolver a temática com os estudantes, a partir do contato com as diferentes abordagens, questões teóricas e discussões de forma continuada e sistemática (BRASIL, 1998). Também são necessárias posturas e características do profissional da educação para abordar a educação sexual, como clareza, sistematização, atitudes de acolhimento às expressões dos estudantes, domínio do conteúdo a ser ensinado e aspectos da transdisciplinaridade (LIRA; JOFILI, 2010).

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Os professores e a educação sexual na realidade escolar

4.1.1 A posição dos professores sobre a sexualidade

Partindo da concepção da importância de compreender como a educação sexual vem ocorrendo nas escolas, foi identificada a posição dos docentes quanto a sexualidade e orientação sexual. Para os professores o conceito de sexualidade apresentou-se vinculado à perspectiva biológica, em que se mantém uma dicotomia macho/fêmea e se relaciona a papéis sociais definidos pelos órgãos genitais. Contrariamente, Foucault (1988) afirma que a sexualidade não é natural, mas sim uma construção histórica, que se altera nas relações de poder, e é influenciada pelas instâncias sociais e culturais.

O discurso presente no corpo docente, mostrou-se de caráter essencialista, pois compreendem que existem características tidas como naturais para meninos e para meninas, advindas do nascimento e relacionadas ao sexo biológico, desconsiderando a construção social e histórica da sexualidade. Conforme Felipe (2007), as concepções pautadas na ideia de essência ou natureza são ainda muito propagadas, como justificativa de comportamentos sobre masculinidades e feminilidades, também em ambientes educacionais.

O mesmo aconteceu com o conceito de gênero, que para os entrevistados representa uma oposição entre feminino e masculino, como pode ser visualizado na fala de um dos educadores:

Eu tenho um aluno no sexto ano que a gente percebe bem isso aí, de um meio ano pra cá tá aflorando muito mais isso aí. Inclusive hoje ele se maquiou bem, e aí eu comecei a conversar com eles assim. Não impondo, comecei a falar. Aí fomos para a merenda, e aí ele tava todo querendo arrumar a camiseta num estilo pra dentro, mais feminino. A gente já tinha conversado no dia que a gente tava falando de brincadeiras, brinquedos que gostava de brincar. A gente ia fazer uma produção textual, e ele disse, eu brinco de boneca, brincava. [...] Mas aquilo não se manifestava tanto na escola, não apresentava tantas características assim. [...] Tá muito rápida a mudança dele, e até os colegas já falaram, ele é assim, a gente já percebeu isso desde o início da escola, e é uma coisa natural dele. E eu disse, a pessoa já traz isso. Eu acho que pelo que eu já ouvi falar até hoje, é uma deficiência, não é por que ele quis mudar isso de repente. Assim, eu não sou preparado para tal, mas os hormônios vão direcionando a pessoa, o seu desejo sexual (E3).

Desta forma, quando comportamentos são atribuídos ao aluno, como se maquiar, brincar de boneca, ou arrumar a camiseta como sendo feminina e natural, acontece uma reafirmação dos binarismos de gênero. Isso demonstra uma reafirmação da lógica de um modelo natural e seu oposto como diferente, como evidencia Louro (2008), da importância de analisar como se constituem a posição de normalidade e diferença, sendo a norma uma recomendação repetitiva que tem o poder de naturalizar, e a diferença atribuída pela comparação ao sujeito que é

referência, que é legitimado e reiterado por várias práticas sociais, saberes e pedagogias culturais.

Esses relatos vão de encontro com os resultados encontrados por Bortolini (2015) em estudo sobre experiências didáticas de profissionais da educação, em que identificou que mesmo com propostas cuja intenção é a valorização dos sujeitos, os educadores muitas vezes incorrem em discursos, representações e práticas heteronormativas que para eles são naturalizadas e internalizadas. É o que também pode ser visualizado na fala de outro entrevistado, quando coloca que o respeito deve ser com todo mundo, mas define um sujeito como normal, e o que não se encaixa como normalidade deve ser escondido: “[...] Respeito com todo mundo, eu acho. Respeito com quem é normal. Cada um com a sua sexualidade, não precisa aflorar assim, mostrar, cada um na sua” (E1).

Tanto a colocação que enfatiza a naturalidade quando à normalidade demonstram crenças que reforçam a existência de comportamentos tidos como naturalmente masculinos e naturalmente femininos, e aquilo que não se enquadra na normalidade heteronormativa deve ser escondido, disfarçado e silenciado, como corroboram Quirino e Rocha (2013). Em sua pesquisa realizada sobre o trabalho de educação sexual, valores e atitudes de professores sobre a sexualidade de adolescentes no espaço escolar, são colocadas em prática diferentes estratégias visando conter alunos que expressam de forma mais evidente sua sexualidade, quando opção diferente da heterossexualidade (QUIRINO; ROCHA, 2013).

Assim, os estudantes devem ou conter os comportamentos, impelindo o silêncio, a dissimulação e segregação, ou empregar comportamentos autorizados como masculinos. Isso pode ser explicado segundo Felipe (2007) por que as pessoas dificilmente se dão conta dos investimentos realizados visando seguir determinadas expectativas dos grupos sociais, mas que se constitui como um processo amplo e imperceptível, que ocorre ao longo do tempo em diferentes instâncias, produzindo desigualdades quando são valorizados alguns comportamentos em detrimento de outros.

Desse modo, pode-se dizer que para os educadores, a sexualidade é descrita como natural, associada a uma falta de escolha do indivíduo, ou seja, uma predisposição biológica e genética, que vai se ampliando no decorrer da vida e das experiências escolares.

Essa questão de educação sexual trás muito a questão da opção sexual e a escolha, porque chega um determinado momento que a pessoa decide por si só. E a gente vê às vezes crianças pequeninhas, lá no pré, lá de bebê já observa alguma coisa diferente né. Então não sei se seria uma questão de educação, ou é uma coisa da genética, a ciência explica isso né (E8).

4.1.2 Gravidez na adolescência e Doenças Sexualmente Transmissíveis como ponto de concordância

De uma maneira geral, a importância da educação sexual é declarada pelos profissionais. Para todos os professores, a educação sexual é importante para prevenção de gravidez na adolescência e prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), sendo que as poucas intervenções realizadas que envolveram a sexualidade na escola foram relacionadas à saúde dos jovens, especificamente métodos contraceptivos, doenças e gravidez precoce.

Assim, consideram necessária a educação sexual ser melhor desenvolvida devido ao número de gestantes adolescentes na escola, e apontam que esse assunto não é abordado pela família, como expresso nas falas das participantes:

Eu acho muito importante, porque o educador é aquele que vai complementar a educação que vem de casa nesse sentido. E muitas vezes os filhos não tem coragem de ter essa conversa abertamente com o pai e com a mãe, e a escola seria um meio de passar alguma informação pra eles sobre o assunto, e o que envolve toda temática da saúde né, das doenças transmissíveis (E5).

[...] A maioria dos pais não conversa sobre esse assunto em casa né, tem receio. Alguns tem receio. E a gente vê aí o resultado, bastante meninas grávidas, no nono, primeiro ano do Ensino Médio. Eu acho que se fosse mais tratado nas escolas. Claro que a gente tem um pouquinho de receio, por causa dos pais, por que muitos não gostam (E12).

Pode-se dizer que a concordância entre os profissionais se deve ao contexto da pesquisa, já que existe na escola um elevado número de gestantes e de DST's entre jovens da cidade, segundo dados da Secretaria de Saúde do município. Apesar disso, os docentes intensificam a ideia de que educação sexual refere-se apenas a concepção biológica e de prevenção, como demonstrado nas falas das participantes:

Se tivesse bastante palestra, informação, se desenvolvesse mais o assunto com os alunos, evitaria muito a gravidez precoce, que é o que a gente tá tendo aqui na escola né. Hoje a gente tem sete alunas grávidas, do ensino médio e do ensino fundamental. A partir do sexto ano a gente tem aluna gestante, fazendo atividade remota por causa da gravidez precoce [...] (E4).

Lá na pandemia, eu trabalhei com eles ciências. Daí eu trabalhei alguma coisa. Mas bem leve. Sobre as doenças sexualmente transmissíveis. [...] Eu acredito que deveria ser uma disciplina específica, pra tratar desse assunto. Não só a gravidez né, tantas outras doenças que a gente vê, e eu acredito que aqui seria o foco pra gente conversar. Por que muitos alunos tem mais contato com os professores do que às vezes com os próprios pais em casa (E9).

Nesse sentido, a posição dos professores mostra uma tendência encontrada no país devido às estatísticas elevadas e preocupantes dos índices de contaminação pelo HIV-AIDS e

gravidez na adolescência (FREITAS; DIAS, 2010). Apesar disso, revela uma perspectiva biológica e de prevenção, como também coloca Felipe (2007), que atualmente é possível observar esforços no sentido de discutir a sexualidade, porém são abordados apenas conteúdos como anatomia dos órgãos sexuais, fecundação, nascimento, métodos contraceptivos, e estratégias de prevenção às DST's.

Para maioria dos entrevistados, o apoio da prefeitura com palestras de enfermeiras foi identificado como positivo, mas insuficiente, já que são realizadas esporadicamente, normalmente uma vez ao ano, como explicitado na fala de um dos participantes: “Tem o pessoal da saúde. Esse ano eles vieram voluntariamente, mas algumas vezes a gente tem que ir lá pedir, e eles vieram. Só que assim, não é a questão do dia a dia, e os alunos precisam da formação contínua [...]” (E11).

Em análise, quando a escola disponibiliza apenas informações relacionadas à saúde dos estudantes, sem propiciar uma reflexão e discussão mais profunda pode-se dizer que contribui para manutenção de práticas higienistas, como também assinalado por Rocha (2015) em pesquisa com estudantes de graduação, professoras e estudantes de escolas públicas.

No estudo, foi identificado que o grande desafio é a efetividade na realidade concreta dos sujeitos que atuam no espaço escolar, para fazer cumprir as políticas educacionais e ultrapassar a perspectiva biológica, devendo ser priorizado o debate sobre desigualdades de gênero e diferentes formas de vivências da sexualidade (ROCHA, 2015). Para Furlanetto *et al.*, (2018), é necessário construir uma cultura voltada à reflexão crítica sobre a sexualidade por parte dos estudantes, visando não instituir informações que perdem o sentido para os jovens ao longo da vida escolar.

Além disso, segundo Marcon *et al.*, (2016) as inúmeras formas de violência relacionadas à diversidade sexual evidenciam a relevância do tema, que deve ser abordado de forma ética e política no contexto escolar. Em função disso, pode-se dizer que, concentrando apenas em ações pontuais como em palestras externas a escola não está cumprindo as orientações presentes nos PCN, que preveem que seja levado em conta o papel da educação para integração de forma democrática, diversificada e complexa de todos que compõem a sociedade brasileira, com respeito às diferenças e às possibilidades de expressão, comprometidos em combater discriminações e violências (BRASIL, 1998).

4.1.3 Narrativas sobre a ausência

Pode ser observado que o corpo docente não realiza a educação sexual na escola conforme estabelecido pelos PCN, em que a temática se demonstrou ausente em todas as

disciplinas. Mesmo os professores das áreas de Ciências e Biologia, apresentaram disposição apenas para tratar de temas relacionados a DSTs e métodos contraceptivos, não abordando nem mesmo o sistema reprodutivo e demonstrando certo cuidado para discutir conteúdos relacionados. Assim, os dados evidenciaram que na prática não acontece o desenvolvimento da educação sexual na instituição, sendo encontradas explicações para sua ausência como desconforto e resistência, preocupação com reação de pais e comunidade e formação deficiente dos professores.

Foi identificada ausência para tratar da temática pelos professores, mesmo que alguns declararam sentir-se à vontade com os estudantes para conversar e tirar dúvidas que eles solicitam. A maioria demonstrou-se incomodada com tais assuntos dentro da sua aula, conforme explicitado nas falas:

[...] É complicado né. Eu acho que a dificuldade é desde tudo, desde tu apresentar o material pra ser trabalhado, já começa, eles não levam a sério. Começa ali. Eu teria dificuldade, principalmente pelo comportamento dos estudantes, que eles são complicados. Todo adolescente é né (E7).

Nunca preparei aula específica sobre isso. Se eu fosse abordar, não teria nem ideia por onde eu iria começar, por que é um tema meio complicado (E10).

Não sei, mas na minha opinião eu não daria conta de jovens todos juntos numa sala só, e falar sobre isso. Eu não daria conta (E5).

Assim, muitos professores tem certo desconforto e resistência para falar sobre a temática, como também encontrado por Freitas e Dias (2010), em que identificaram falta de experiência e resistência de professores para conversar e tratar sobre a sexualidade, sendo atribuída a questões educacionais, culturais, insegurança, desconhecimento, preconceitos e outros. Segundo o estudo, a postura do educador frente a vida e à sexualidade interfere na abertura e postura para tratar dessas questões mais do que o preparo e formação acadêmica, como também foi identificado nas entrevistas realizadas. Àqueles profissionais que declararam falar com estudantes sobre temas ligados à sexualidade, destacaram a relevância de serem procurados pelos alunos e se mostraram orgulhosos de responder abertamente a essas indagações, mesmo tendo apresentado formação semelhante aos demais profissionais.

Além disso, os professores que relataram ter uma relação com os estudantes de proximidade para conversar sobre dúvidas dos jovens, que disponibilizam tempo da aula para discutir e debater com a turma, ou individualmente sobre algumas questões, justificam que não sugerem o tema, vindo dos estudantes essa busca. Nesse cenário, os professores se mostram disponíveis para responder, mas apenas quando solicitados, atuando no sentido de

aconselhamento, sem planejamento ou intencionalidade na sua abordagem, como pode ser visualizado nas falas dos docentes:

Eu converso bastante com meus alunos. Aqueles que vem conversar comigo sabe, que me procuram. Eles vêm bastante. Eles vêm bastante conversar, principalmente as meninas. Até com os meninos assim [...]. Tenho liberdade com eles, até porque eu trabalho com Ensino Médio sabe (E9).

Na verdade, eu não provoço e não preparo aula, que daí dentro dos meus conteúdos até aparece de uma forma meio que distante, mas eu deixo por eles. Porque sempre tem alguém, e eles gostam muito de cochichar, mostrar vídeo e tal. E quando eu vejo que o assunto é esse, eu procuro, vamos conversar e tal, vou chamando eles pra conversa. Vou procurando deixar eles bem à vontade pra poder falar, e eles falam mesmo (E8).

Como motivo para não propor a temática, os educadores revelaram receio em tomar atitudes que podem ser mal compreendidas, principalmente por pais e comunidade escolar, por casos que já ocorreram com colegas ou mesma na sua trajetória profissional como docente.

Tu sabe que eu nunca estudei, procurei pesquisar bem sobre isso, porque eu nunca pensei em tratar na sala de aula [...]. Porque uma professora daqui que veio de fora, tentou, e os pais vieram pra cima e ela teve que ir embora. Eles não aceitam, os pais acham que o professor está instigando ao sexo. Isso é uma história real, fazem uns 10 anos. Ela dava biologia ou ciências, e ela explicando o corpo humano e tudo né, aí entrou nessa parte. Acho que nunca ninguém ousou entrar aqui né, mas ela era de cidade, Porto Alegre, aí é mente aberta né, tentou. Os pais vieram com tudo né, e ela se viu tão sufocada, eu acredito, que ela pegou e foi para outra escola, foi embora daqui (E5).

Portanto, a preocupação e receio com a reação de pais e comunidade é um dos motivos da ausência em trabalhar a educação sexual pelos professores. Eles apontam a necessidade de esclarecimento dos pais num primeiro momento, para depois aplicar a temática nas aulas com os estudantes. Os docentes alegam como motivo a questão cultural, em que o grupo social demonstra uma forte convicção contrária à educação sexual, por ser uma cidade pequena, do interior do estado, e fortemente marcada pelo machismo, como as falas retratam:

Eu acredito assim, que tem resistência. Por que tem aqueles pais, daqueles alunos do interior, aqueles pais bem de antigamente. Tem uns pais modernos, eu com certeza não me importaria. Até gostaria sabe se tivesse. Mas acredito que tem aqueles pais que não vão aceitar. Eu acredito que seja uma questão cultural. [...] Primeiramente eu acho, que a comunidade, até a saúde eles deveriam orientar os pais. Os pais já vir preparados pra gente só dar continuidade depois, do que eles já escutaram lá. Por que se a gente for falar, eu acho que eles vão entrar em choque. Eles dizem: Aqui tem que ensinar a ler e escrever, não é isso que o meu filho veio fazer na escola (E9).

[...] Daí tu fica assim, daqui a pouco um pai não vai gostar de tu trabalhar isso. É bem complicado, em cidade pequena é complicado (E13).

Acho que teria resistência, por parte de alguns. Alguns não iriam aceitar, eu acho né. Por falta de esclarecimento, achar que não é viável, que não precisaria. Eu acho que por esse lado. Porque a cidade é pequena também né, é a sociedade né. Cada sociedade tem a sua vivência diferente. Primeiro, deveria passar para os pais a importância desse tema. Primeiro trabalhar com os pais, pra depois falar com os alunos. (E10)

Nós vivemos aqui numa sociedade, que ela é ainda muito machista, ela tem esse preconceito. Aqui a cultura é muito antiga eu diria assim. É do tempo que o homem tem a palavra final, e às vezes isso até atrapalha nessa questão, desses assuntos né (E15).

Os professores não se sentem preparados para abordar a temática. Eles confessam o despreparo que sentem quanto à educação sexual, mas admitem a necessidade de formação e treinamento, conforme explicitado por um dos entrevistados: “Eu acho que a gente nunca tá preparado quando é algo que não é do nosso dia a dia, da nossa metodologia. Eu acho que eu teria que me preparar também. Até pra pensar uma maneira assim mais fácil de chegar até eles né” (E2). Outro entrevistado salienta que se fosse a intencionalidade das políticas educacionais abordar realmente a educação sexual, antes deveria ser oferecida uma formação específica, como colocado na seguinte fala: “Se fosse um assunto pra nós debatermos, eu acho que eles deviam dar uma especialização antes para nós podermos estar preparados” (E1). Na compreensão de outro participante:

Não, eu não me sinto preparado pra isso por que quando eu começo a falar sobre isso aí eu vejo assim, que deveria saber. A gente vai pensando no que falar, por que tem que ter muito cuidado no que vai falar. [...] Eu não me sinto preparado pra isso, de forma alguma. Se fosse, teria que estudar muito. (E3)

Todos os professores, mesmo àqueles contrários à abordagem da sexualidade na escola consideram necessárias ações de formação continuada que contemplem a educação sexual, como também ficou demonstrado em estudo realizado por Russo e Arreguy (2015). Esses posicionamentos demonstram a importância do investimento em ações de formação continuada, como corroboram Furlanetto *et al.*, (2018), e acrescentam a necessidade de reflexão sobre práticas metodológicas e pedagógicas desenvolvidas na escola para o atingimento dos princípios preconizados pelos PCN.

Assim, foi identificado despreparo dos docentes, que pode ser explicado pela falta de formação e conhecimento demonstrado por todos os professores entrevistados, como corrobora estudo realizado por Marcon *et al.*, (2016), em que identificaram que os atores sociais da escola conhecem superficialmente as diretrizes que envolvem a educação sexual, e reconhecem a necessidade da formação específica e continuada sobre a temática. Uma das falas retrata a necessidade de formação como política pública, evidenciando a necessidade de continuidade:

Ainda existe uma dificuldade, até por que a nossa geração assim, não teve toda essa abertura que eles têm hoje. Mas eu acho extremamente necessário e, por isso, que eu bato na tecla da política pública, porque os professores também tem que receber uma formação, por que a gente até conversa e fala por instinto, mas assim, alguma coisa técnica, realmente falta (E11).

Todos os profissionais relataram nunca ter tido contato com nenhum documento legal, mesmo tendo um grande número de professores que já atuava na docência quando da promulgação dos PCN, além de desconhecerem também competências e habilidades presentes na BNCC, que são relacionadas à sexualidade e diversidade de gênero e sexual, como explicitado nas falas:

A gente conhece bastante, vê muito na mídia. Hoje em dia é muito normal, a gente vê bastante. Nunca tive formação, só mesmo o que a gente vê nas mídias. Na sala de aula é pouco né (E7).

Olha, se tem na escola eu nunca vi, e não fui atrás também. Não tive contato. [...] Não tive formação nenhuma. Palestra que eu lembre, também não tive. Tem alguma coisa que a gente vê também na internet. Mas nada formal, tudo informal (E6).

A não ser o que a gente lê algumas coisas sobre isso, mas eu não tenho formação nenhuma, nunca procurei fazer curso também nessa parte aí. A gente faz cursinhos, [...] já fiz diversos cursinhos. A gente tá sempre buscando alguma coisa, mas nunca procurei nessa parte assim sabe (E3).

São dois grupos de justificativas apresentadas pelos docentes, de ordem externa e interna. A explicação apresentada pelos educadores refere-se ao pouco interesse em buscar cursos e informações que contemplem a educação sexual, o que pode ser explicado pelo receio que sentem em falar sobre isso, como não sendo sua responsabilidade direta e também por não ter uma cobrança e orientação sobre a temática por parte da equipe de gestão, como evidenciado em uma fala dos participantes: “É bem importante. Claro, a gente tem receio. Então a escola poderia trazer algum projeto, alguma coisa. Só que também, a gente depende da Secretaria de Educação do Estado, que também podia trazer né” (E13).

Apenas uma das profissionais entrevistadas, citou com segurança já ter realizado planejamentos com base nos objetivos presentes na BNCC para área de Ciências da natureza. Ela seguiu os objetivos propostos, mas buscou abordar nas aulas temas ligados às doenças sexualmente transmissíveis, tratamentos e métodos contraceptivos, pois declarou se sentir mais à vontade para tratar sobre essas questões. Também foi a única que respondeu ter sido abordado na sua formação inicial a temática, especificamente sobre diversidades, o que pode ser explicado pela recente conclusão da graduação da professora.

Em relação a cursos que contemplem educação sexual, apenas uma profissional respondeu já ter realizado um curso ao final da graduação: [...] “Eu fiz, só que era um cursinho

de 60 horas né. E ele abordava mais a gravidez na adolescência, e não no geral. Mas foi bem bom, foi um curso a distância. Mas fui eu que escolhi a temática, por meu interesse. Nunca foi proposto nada pela escola”. Assim, pode-se dizer que ocorre uma omissão da direção da escola, estabelecendo uma carência na orientação aos professores, como também relatado por Russo e Arreguy (2015), em que identificaram falta de postura da instituição escolar que pudesse respaldar o trabalho dos docentes.

4.2 A educação sexual: comparativo da percepção de alunos e professores

4.2.1 Entendimento quanto à educação sexual

Com relação ao entendimento quanto à educação sexual e comparativo entre professores e alunos, foi possível destacar a compreensão do conceito apresentada pelos alunos e professores, a responsabilidade pela educação sexual dos estudantes e a transversalidade do tema.

Ao serem questionados se sabem o que é educação sexual, 54,5% dos discentes responderam saber o que é, mas não conseguiriam explicar, seguido de 32,1% que declaram saber o que é e conseguiriam explicar, 7,1% não sabem o que é, mas tem ideia do que se trata, 5,4% já ouviram falar, mas não sabe o que é, e 0,9% não sabe e nunca ouviu falar.

Dentre os alunos participantes, a grande maioria (77,3%) selecionaram a opção que citava que a educação sexual compreende corpo e relações sexuais, identidade de gênero e temas pertinentes à diversidade e doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência. Para 9,1% dos alunos compreende corpo e relação sexual apenas, 7,3%, apenas refere-se à identidade de gênero e temas pertinentes à diversidade, 4,5% entendem que compreende apenas doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência, e 1,8% informaram que nenhum destes temas citados anteriormente abrangem a educação sexual.

A partir das respostas dos estudantes, se percebe o entendimento dos temas que compreendem a educação sexual, já que a grande maioria selecionou corretamente que dentre as opções selecionadas todas se referiam à educação sexual. Mesmo assim, 22,7% dos respondentes selecionaram opções incompletas, demonstrando que alguns assuntos permanecem tendo destaque em detrimento de outros, como nos resultados encontrados por Macedo *et al.*, (2013), em que os adolescentes descrevem que os conteúdos sobre sexualidade são abordados superficialmente, deixando lacunas quanto aos conhecimentos e limitando-se a abordagens com foco na prevenção de doenças.

Apesar disso, mesmo os estudantes informando que sabem o que é a educação sexual, declaram que não conseguiriam explicar, o que pode ser justificado por uma falta de domínio e

compreensão, apresentada por mais da metade dos discentes. Mesmo assim, do total de respondentes, 32,1% declararam saber o que é a educação sexual e que conseguiriam explicar, demonstrando também um número considerável de alunos que apresenta segurança em relação ao conceito, quando relacionado ao elevado número de respondentes que identificaram corretamente as temáticas que integram a educação sexual (77,3%).

Portanto, pode-se dizer que a temática é de conhecimento dos jovens, mesmo grande parte não ter demonstrado total clareza ou compreensão para descrever e explicar o conceito. Uma possível explicação é a grande exposição do tema da sexualidade em outros meios e canais, já que não é assunto de âmbito apenas escolar. Pelo contrário, os professores informam que os estudantes adquirem mais conhecimento entre conversas entre eles, e por informações de meios de comunicação, principalmente na internet, como explicitado nas falas dos docentes:

Seria importante tratar o tema em casa e na escola, mas pela nossa cultura aqui, a gente vê que em casa poucas as famílias que sentam com o filho pra falar sobre isso. E acho que eles aprendem muito é na rua mesmo (E2).

[...] Eles têm acesso a internet, eles vivem direto. Mas é aquela coisa, eles pegam aquilo que não é preciso, porque a internet assim como ela ajuda ela prejudica né (E6).

Nesse sentido, os meios de comunicação foram fortemente criticados pelos docentes que consideram como um incentivo à sexualidade e apologia à pluralidade de orientação sexual, como destacado pelos participantes:

Mas hoje tá muito, não sei se virou modinha sabe, mas tá muito na mídia, tá muito divulgado, então tá ficando difícil agora. Mudou muito, demais, demais (E1).

[...] E o que eu percebo que não é que eles tenham uma opção sexual definida, eles tão experimentando. Tá na mídia eu vou fazer. Eles têm muita informação fora da escola, que não é a correta. Por que a correta, eles deletam, eles só querem aquilo que é errado (E6).

Com relação aos professores, foi identificada falta de segurança e clareza sobre o que é a educação sexual, em que apresentaram respostas evasivas ou incompletas quando questionados. As razões da imprecisão do conceito tanto por alunos quanto professores se deve a reduzida abordagem na escola, que segue o padrão nas escolas brasileiras, conforme coloca Marco *et al.* (2016), que as instituições escolares em geral não cumprem o que é determinado pela legislação sobre educação sexual, realizando intervenções com base no senso comum, e assim reiterando a norma e os preconceitos.

Mesmo sendo obrigatória e transversal segundo a legislação, os estudantes informaram que a educação sexual se restringe a aulas Ciências e Biologia, sendo que a maioria declarou não ter tido aulas sobre a temática. Conforme as respostas, 33,3% já tiveram aulas sobre educação sexual nas disciplinas de Ciências e Biologia, 30,6% dos respondentes declararam

nunca ter tido aulas sobre educação sexual e não ter falado sobre assunto na escola, seguido de 25% que declararam não ter tido aulas sobre educação sexual, mas já ter conversado com professores sobre esse assunto, e 5,6% não ter tido aulas sobre educação sexual, mas já ter conversado com direção e/ou coordenação pedagógica sobre esse assunto.

Apenas 5,6% do total dos respondentes declararam que já tiveram aulas sobre educação sexual em várias disciplinas, sendo citados Ciências, Filosofia, Sociologia e Espanhol, Didática, Linguagens e Artes. Isso demonstra uma permanência da vinculação da educação sexual à área de Ciências, como corrobora estudo de Oliveira (2012), em que os professores se eximem da tarefa da educação sexual, mesmo considerando ser importante o esclarecimento aos alunos sobre o assunto. Também pode ser relacionada às respostas dos professores, que declararam dar abertura e conversar com os estudantes quando solicitados, que ministram as disciplinas que foram citadas pelos alunos.

A maioria dos professores consideram que a educação sexual deveria ser oferecida como uma disciplina específica, com profissional habilitado e preparado para ministrar na escola. Alguns consideram que a educação sexual deveria ficar restrita à área das ciências naturais, e poucos manifestaram a transversalidade como melhor alternativa para trabalhar a temática. O argumento dos docentes se concentra na complexidade do tema, e a necessidade de domínio do assunto, habilidades para falar com os adolescentes e conhecimento da legislação que envolve a matéria.

Para maioria dos professores seria necessária uma disciplina específica que tratasse da educação sexual, como explicitado nas falas dos entrevistados:

Acho que seria importante ter uma disciplina, mas que fosse uma pessoa assim... A pessoa que vai trabalhar tem que ser assim, com o objetivo de orientar, não chegar ali querendo impor, até certos limites que vai revoltar o aluno, vai direcionar uma reação pior às vezes né. Mas que todos os professores têm que ser responsáveis, que se surgir um momento necessário, conversar alguma coisa (E3).

Eu acho que devia ter uma disciplina específica, com um professor. Que fosse mais entendido né, e fosse atrás de material. Seria mais proveitoso para os alunos (E12).

Mesmo os professores que consideram a transversalidade ser a melhor opção para tratar a temática da educação sexual, colocam a necessidade de ter um profissional para essa finalidade, como explicitado por uma professora:

Até acho que a interdisciplinaridade seria bem importante, mas teria que ter um profissional. Não tem como, eu, professora de história abordar todos os outros assuntos. Posso até dar uma pincelada, mas tem que ter um cabeça (E6).

Os estudantes concordam com os professores, sendo que para mais da metade dos respondentes (55,6%) a educação deveria ser abordada nas aulas, mas deveria ter uma disciplina específica de Educação Sexual. Do restante, 13,9% declararam que a educação sexual deve ser abordada nas aulas, mas apenas em disciplinas como Biologia ou Ciências, 13,9% declararam que deve ser abordada, mas apenas em palestras com profissionais da saúde, 11,1% considera que a educação sexual não deve ser abordada nas aulas, e sim tratado em casa com os pais. Apenas 5,6% acredita que a educação sexual deve ser abordada em todas as disciplinas.

Aparece como um dos obstáculos a falta de formação dos professores, que têm uma elevada responsabilidade quanto à educação sexual, mas encontram-se com baixo domínio e compreensão da temática, devido à falta de contato com abordagens e encontros que propiciem discussões, como apontado por Silva e Carvalho (2005), que a maioria dos professores se encontram despreparados, representando uma das causas da não efetividade da educação sexual nas escolas.

Além disso, foi identificado o desconhecimento dos professores quanto à obrigatoriedade do tema como transversal, como também demonstrou os resultados relatados por Lira e Jofili (2010). Contudo, os autores reconheceram em sua pesquisa que os docentes atuavam de forma tácita sobre a educação sexual, contemplando em parte os objetivos dos PCN e características necessárias para tratar do tema, devido a algum curso ou treinamento. Esses achados foram contrários à presente pesquisa, que não encontrou nenhuma atuação que contemplasse objetivos citados pela legislação, apenas atitudes de aconselhamento por poucos professores. As características como flexibilidade, disponibilidade e abertura do grupo docente, também não foram reconhecidas nos profissionais, que se eximem do dever de tratar da temática em suas disciplinas específicas.

A transversalidade do tema pode ser um ponto positivo quando realizado, mas pode apresentar uma falta de atribuição e oportunidade nas disciplinas para tratar sobre o assunto, como aponta Leão e Ribeiro (2012). No presente estudo, a transversalidade da educação sexual resultou na falta de atribuição e responsabilidade para os docentes, e por isso, omissão no desempenho da temática na escola, o que vai de encontro aos resultados encontrados por Leão (2009), que afirma que mesmo representando um avanço, a transversalidade pode ser uma justificativa para ausência, como falta de oportunidade nas disciplinas tradicionais para o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, a responsabilidade pela educação sexual segundo os docentes deveria ser compartilhada entre família e escola. Apesar disso, segundo os professores há uma responsabilização da escola para educação dos estudantes, incluindo também a educação

sexual. Por mais que alguns pais sejam contrários à abordagem da temática, considerando ser um incentivo à sexualidade dos adolescentes, os entrevistados dizem que o assunto também não é discutido com os familiares, em que os jovens são privados desse conhecimento, permanecendo uma falta de conhecimento das temáticas ligadas à sexualidade pelos estudantes.

No entanto, poucos alunos respondentes consideram que a temática deve ser privativa ao âmbito familiar, correspondendo a 11,11% do total, o que demonstra que os alunos consideram a escola como ambiente favorável para discussão da sexualidade e temas que envolvem a educação sexual.

4.2.2 A sexualidade na prática escolar

A sexualidade na prática escolar investigada acontece por demanda dos estudantes devido a questionamentos e curiosidade apresentada, é orientada por alguns professores como aconselhamento e apenas quando solicitados, e as situações de preconceito na escola são percebidas diferentemente por professores e por alunos.

Segundo os docentes, na escola investigada os alunos solicitam e questionam os professores durante explicações de outros conteúdos, de forma espontânea nas aulas. Mesmo os professores que se demonstraram mais fechados para conversar sobre temáticas da sexualidade com os alunos, narraram situações de demanda dos discentes. Esses resultados concordam com as respostas dos estudantes, que em sua grande maioria (67%) consideram a educação sexual como muito importante, importante (27,5%) e razoavelmente importante (5,5%). As opções, pouco importante e sem importância não tiveram nenhuma resposta assinalada, o que demonstra que os estudantes concebem a temática como assunto de seu interesse, e pode explicar a demanda dos jovens, com dúvidas e questionamentos aos docentes quando surge uma oportunidade.

Há um consenso entre os professores, que nesta fase da adolescência os estudantes apresentam muitas dúvidas, e acabam por buscar em conversas paralelas, ou quando surge um exemplo ou alguma situação pertinente. Segundo Costa (2017), crianças, adolescentes e jovens levam para escola anseios e curiosidades, que são demonstrados em atitudes e questionamentos, e cabe à instituição desenvolver ação crítica, reflexiva, educativa, sendo dever dos professores a orientação dos estudantes. Por isso, o processo de educação sexual não deve ser uma forma de domesticação, mas uma oportunidade para os adolescentes de auto-reflexão, visão crítica, respeito ao outro e às diversas formas de sexualidade existentes (JEOLÁS; FERRARI, 2003).

Os professores destacaram que ocorre uma busca pelos alunos aberta e espontânea, mesmo com professores que não se demonstram disponíveis para falar de questões que lhes

afetam no tocante à sexualidade. Os educadores expõem a necessidade que os alunos têm de questionar e a curiosidade que apresentam sobre a temática. Porém, os docentes, relatam muitas vezes se sentir retraídos ou mudar de assunto, não escutando os anseios dos estudantes, como pode ser observado nas frases abaixo:

Como eu vou te falar, eu trabalho com adolescentes. Eles estão a flor da pele, eles têm muita vontade de falar, eles têm curiosidade de expor. Só que a gente fica assim, meio retraído né. Não, agora não é hora. Eles buscam muita informação, eu vejo assim, que eles estão a mil por hora sabe. A mil por hora, a mil pelo Brasil [...] (E9).

[...] Eles têm muita vontade de falar e de contar suas coisas. Só não tem quem ouça (E5).

Essas colocações dos professores se relacionam com as respostas dos estudantes quando questionados se sentem à vontade para falar e participar de aulas sobre a temática da educação sexual. Dentre os respondentes, a maioria declarou não saber dizer (43,5%), seguido de 33,3% que se sente à vontade, 12% que não se sente à vontade, 6,5% que se sente muito à vontade e 4,6% que não se sente nem um pouco à vontade. Muitos estudantes não sabem dizer se se sentem à vontade para tratar sobre educação sexual, o que pode ser explicado pela ausência de experiências sistematizadas vivenciadas por eles na prática escolar, ou mesmo pela evasiva por parte da maioria dos professores.

Assim, se observa uma correspondência entre o declarado pelos professores ao informar que os alunos buscam tirar dúvidas de maneira mais informal, quando surgem oportunidades relacionadas ao contexto ou situações cotidianas. Como todos os estudantes responderam ser importante a educação sexual em graus diferentes, e um número expressivo diz se sentir à vontade para falar e participar de aulas que abordem a temática, pode-se dizer que existe abertura e interesse por parte dos alunos.

Com relação a situações de preconceitos associados à sexualidade na escola, os docentes apontam que os estudantes com características diferentes do que é considerado como normal, são alvo de preconceitos, piadas e comentários, não apenas dos alunos, mas também de professores.

Acontece, tem alguns alunos que tem algumas características diferentes, modos de se portar, e os colegas às vezes fazem piada, coisas assim. Eu tento conciliar a situação, dizer que cada um tem uma escolha, por que não tem como, a pessoa não escolhe, é o jeito da pessoa. E daí eles acabam aceitando né. Hoje tem mais esclarecimento, no começo era mais difícil assim, de aparecer um aluno assim, não tinha. E se ele se demonstrar, que tinha outra preferência, não acontecia [...]. Agora dá pra gente ver. Antes eles se retraíam mais, não falavam nada. Mas agora tem alguns casos, na escola por exemplo. E ainda os estudantes continuam não aceitando (E10).

[...] É que nem lidar com as diferenças né. Por exemplo, essa questão da própria opção sexual. Tem professores, colegas que tem uma dificuldade tremenda de abordar esse

assunto. Hoje nós tivemos Conselho de Classe, aí tu ouve ainda piadinhas de colegas, dessa questão de opção sexual (E15).

As situações de preconceito presenciadas pelos professores são narradas em diferentes momentos das entrevistas, e aparecem como algo comum na escola e justificadas pela questão cultural. Em todos os exemplos citados, os acontecimentos aparecem relacionados à orientação sexual dos estudantes, e cujos padrões de masculinidades e feminilidades são considerados em desacordo à normalidade, como pode ser observado nas falas:

Eu não sei se é por que é cidade assim de interior né, que a gente não vê tanto essas coisas né. Quando vê já fica aquele falatório, tem bastante. Eles ficam se chamando né, ele é gay, aquele é isso, aquele é aquilo. Como esses dias eu ouvi um dizendo pra uma menina, sapatão. Eles usam uns dizeres assim, eles se insultam, não tem um respeito assim quanto à orientação sexual dos alunos. Ainda tem bastante. Até então, tem a situação de ter turmas que a gente vê, que o aluno não é assumido, mas tem uma orientação sexual diferente dos outros né. Daí ficam se insultando entre os meninos que não tem essa orientação, são hetero, e daí constrange aquele que é homossexual. Ainda não assumido, mas dentro dele ele sabe que ele é né. Tem um constrangimento dessa forma assim, indiretamente. Quando acontece assim, que a gente consegue orientar e pedir respeito, chamar atenção, que não é bem assim, eu acredito que seja bem o papel do professor. Acredito que qualquer um que esteja na sala, orienta dessa forma, chama atenção (E4).

[...] Tem preconceito, tem um aluno que fala assim pra mim... o fulaninho tá me chamado de veado, de uma outra turma. E ele não gostou, e isso eu vejo que já é um preconceito, por que eu acho que ele vai ser, mas não tem que ficar dizendo tu é. A pessoa já sabe né, a gente já viu, a gente já percebeu. Eu acho que tem muito preconceito. Quando a gente vê, a gente fala, mas assim na rua se tu for ver é bem forte. Eu intervenho, eu digo cada um pode ser o que quiser. A gente tem que saber respeitar. Mas mesmo assim ainda tem (E9).

Diante dessas situações, os entrevistados demonstraram que intervêm nas situações que ocorrem no ambiente escolar, mas ao mesmo tempo relatam um despreparo para agir quando se deparam com circunstâncias que julgam delicadas, como ao presenciar proximidade física entre alunos do mesmo sexo no espaço escolar, chegando a sair da sala, como declarado por um dos professores:

Mas eu particularmente não me sinto preparada pra trabalhar esse tema. É importantíssimo ter na escola, mas eu não me sinto preparada, porque eu não sei como lidar com certas situações [...]. Nunca abordei essa temática em aula. Quando aconteceu a situação, quando aconteceu o selinho de dois meninos dentro da sala eu saí, por não saber como agir. Eu fiquei sem chão, eu disse, não, isso não é pra mim. Eu saí da sala. Me sinto bem despreparada pra isso, bem mesmo (E6).

Segundo Paz (2014), mesmo com diversas políticas públicas que envolvem questões de gênero e diversidade, ainda permanecem situações de preconceitos e discriminações nas escolas, historicamente constituídos que devem ser compreendidos e discutidos, para então serem superados. É algo que também aparece no estudo realizado por Russo e Arreguy (2015), ao identificarem que os professores se sentem desconfortáveis, dizem não saber lidar com

situações envolvendo a sexualidade dos estudantes e recorrem à sua história de vida, crenças religiosas e educação quando necessário.

Da mesma forma, no contexto escolar investigado os docentes se utilizam de sua vivência prática para agir nos acontecimentos relacionados à sexualidade, inclusive quando presenciam situações de discriminação e preconceitos na escola. Para os estudantes, não há a mesma frequência descrita pelos docentes. A maioria dos alunos (34,6%) nunca presenciou situações preconceito quanto a orientação sexual, homossexualidade, padrões de corpo/vestimentas ou relações de gênero na escola, 28% informam que já presenciaram, mas é raro acontecer, 19,6% informaram que presenciaram poucas vezes, e consideram que é não é comum acontecer. Os alunos que declararam já ter presenciado tais situações, e relatam ser comum acontecer representaram 15% dos respondentes, e apenas 2,8% informaram presenciar sempre, ocorrendo todas as semanas.

Foi identificado um distanciamento entre as percepções de professores e alunos que pode ser explicada por não considerarem as situações de piadas e brincadeiras como sendo atitudes de preconceito, como é demonstrado nas falas dos professores:

Eu acho que ainda existe muito preconceito, a gente vê bastante. Chama atenção, mas eles não levam a sério né. Existe muito preconceito ainda. Já presenciei os apelidos, a maldade e não sou a favor, sou totalmente contra, porque cada um tem o seu modo de ser, o seu modo de pensar. Cada um tem a sua escolha. Eu acho que talvez melhor, porque muita gente não tem conhecimento, eles acham tudo muito na brincadeira [...]. (E7)

Eles têm muitas brincadeiras, só que a gente não sabe até que ponto são sérias. Até que ponto eles levam a sério. Por que às vezes eles estão brincando, e aquele que se sente ofendido às vezes ele vai na brincadeira, e não fica ofendido. E dependendo do momento, ele se ofende. Então, entre eles, entre os alunos fica mais complicado. Mas eu já presenciei sim, entre eles. Palavras bem pesadas. Eu tento explicar, que cada um é livre pra escolher o caminho que quer seguir, que cabe respeitar. Eu sempre falo, eu sempre tento intervir (E8).

Mesmo que considerem não observar situações de preconceitos quanto à sexualidade, os estudantes priorizam o tema dos preconceitos como sendo o mais importante para ser abordado em aula. As temáticas que gostariam de ter aulas em ordem de prioridade foram preconceitos, DST's, corpo, diversidade, gravidez e métodos contraceptivos, relações sexuais e relações de gênero. Os três primeiros temas escolhidos demonstram o interesse dos alunos e condizem em exemplos dos três eixos que compõe a educação sexual, como expresso nos PCN: Corpo: matriz da sexualidade, Relações de gênero e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS (BRASIL, 1998).

Assim, as colocações dos estudantes demonstram o desejo de aulas que se distanciam da perspectiva biológica e de prevenção, ainda muito presente nos significados compartilhados pelos docentes desta pesquisa, como colocam e Furlanetto *et al.*, (2018), que a educação sexual deve ir além da perspectiva de doenças e biológica, devendo ser priorizada a reflexão crítica sobre a sexualidade, e como defende Rocha (2015), que o debate deve centrar nas desigualdades de gênero e formas de viver a sexualidade para promover mudanças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo compreender como a educação sexual é entendida por professores e alunos do Ensino Médio de uma escola estadual do Rio Grande do Sul. Os resultados obtidos neste estudo indicam que professores e alunos consideram a educação sexual como muito importante, porém na escola investigada a temática se mostrou ausente nas práticas didáticas e pedagógicas em todas as disciplinas, contrariando aos pressupostos estabelecidos pelos PCN.

Em relação à posição dos professores sobre a educação sexual, o conceito de sexualidade e gênero apresentou-se vinculado à perspectiva biológica. A ideia de normalidade heterossexual é legitimada pelos docentes através de discursos e práticas, como ao valorizar comportamentos tidos como naturalmente masculinos e femininos, além de serem colocadas em prática estratégias de silenciamento por alguns educadores, contribuindo para reafirmação dos binarismos de gênero.

Os docentes consideram importante a educação sexual, e justificam a necessidade de levantar a temática pelo elevado número de gestantes adolescentes e DST's, no município e na escola. No entanto, concentrando apenas nesse eixo da educação sexual, os entrevistados revelam uma perspectiva biológica e de prevenção, pautada ainda em práticas higienistas, que ocorre apenas com ações pontuais em palestras da Secretaria de Saúde na escola. Assim, a escola e professores não cumprem ao que estabelece os PCN, pois não favorecem a reflexão crítica sobre a sexualidade pelos estudantes, podendo as informações que são insuficientes, perderem o sentido para os jovens ao longo da vida escolar.

Nesse contexto, foi identificado que na prática não acontece o desenvolvimento da educação sexual na instituição, sendo encontradas explicações para sua ausência como desconforto e resistência, preocupação com reação de pais e comunidade e formação deficiente pelos professores. Assim, a maioria dos professores demonstrou resistência por sentir-se desconfortável para abordar a temática, e os poucos que abordam nas aulas o fazem como caráter de aconselhamento, e apenas quando solicitados pelos alunos.

Há um consenso entre os docentes, que justificam a ausência em tratar temas ligados à sexualidade pela preocupação com a reação de pais e comunidade. Segundo os professores, a questão cultural e o machismo influenciam fortemente os responsáveis pelos estudantes, que demonstram uma forte convicção contrária à educação sexual. Também revelaram não se sentir preparados para abordar a temática, mas admitem a necessidade de formação e treinamento.

Os professores desconhecem os documentos legais que versam sobre a educação sexual, como o contido no caderno Orientação Sexual publicado nos PCN e as competências e

habilidades presentes na BNCC, que são relacionadas à sexualidade e diversidade de gênero e sexual. Justificam o despreparo pelo pouco interesse em buscar cursos e informações que contemplem a educação sexual, como não sendo sua responsabilidade direta e também por não ter uma cobrança e orientação sobre a temática por parte da equipe de gestão da escola.

Comparando o entendimento de alunos e professores, foi possível destacar a compreensão do conceito apresentada pelos alunos e professores, a responsabilidade pela educação sexual dos estudantes e a transversalidade do tema.

Para os estudantes, a temática mostrou ser de conhecimento dos jovens, mesmo grande parte não tendo demonstrado total clareza e compreensão para descrever e explicar o conceito, o que pode ser resultado da exposição do tema da sexualidade em outros meios e canais, já que não é assunto de âmbito apenas escolar. Nesse sentido, os meios de comunicação foram fortemente criticados pelos docentes que consideram como um incentivo à sexualidade e apologia à pluralidade quanto à orientação sexual. Com relação aos professores, foi identificada falta de segurança e clareza sobre o que é a educação sexual, em que apresentaram respostas evasivas ou incompletas quando questionados.

Mesmo sendo obrigatória e transversal segundo a legislação, os estudantes informaram que a educação sexual se restringe a aulas de Ciências e Biologia na escola, sendo que a maioria declarou não ter tido aulas sobre a temática. A maioria dos professores considera que a educação sexual deveria ser oferecida como uma disciplina específica, com profissional habilitado e preparado para ministrar na escola, como também concordam os estudantes.

Já para alguns dos profissionais a educação sexual deveria ficar restrita à área das ciências naturais, e poucos manifestaram a transversalidade como melhor alternativa para trabalhar a temática. O argumento dos docentes se concentra na complexidade do tema, e na necessidade de domínio do assunto, como também habilidades para falar com os adolescentes e conhecimento da legislação que envolve a matéria.

Além disso, foi identificado o desconhecimento dos professores quanto à obrigatoriedade da educação sexual como transversal, e não ficou evidente nenhuma atuação do corpo docente que contemplasse objetivos citados pela legislação, apenas atitudes de aconselhamento por poucos professores. As características como flexibilidade, disponibilidade e abertura também não foram reconhecidas nos profissionais, que se eximem do dever de abordar a temática em suas disciplinas específicas. Em razão disso, neste estudo a transversalidade da educação sexual resultou na falta de atribuição e responsabilidade para os docentes, e por isso, omissão no desempenho da temática na escola.

Assim, a discussão sexualidade na prática escolar investigada acontece por demanda dos estudantes devido a questionamentos e curiosidade apresentada por eles, sendo orientada por alguns professores como aconselhamento e apenas quando solicitados, e as situações de preconceito na escola são percebidas diferentemente por professores e por alunos.

Para os docentes as situações de preconceitos são comuns no ambiente escolar, e ocorrem entre alunos e também por professores, sendo justificadas pela questão cultural. As situações aparecem relacionadas à orientação sexual dos estudantes, cujos padrões de masculinidades e feminilidades são considerados em desacordo à normalidade. Já os estudantes consideram que tais ocorrências não são tão habituais. Esse distanciamento entre as percepções de professores e alunos pode ser explicado pelos estudantes não considerarem as situações de piadas e brincadeiras como sendo atitudes de preconceito.

Como limitações deste estudo, assinala-se a inexistência de estratégias pedagógicas e metodológicas realizadas pelos docentes, impossibilitando a análise dessa categoria relacionada nos objetivos específicos. Recomenda-se para estudos futuros o aprofundamento das causas da ausência da educação sexual nos ambientes escolares, visando uma melhor compreensão de significados compartilhados e crenças que silenciam a sua abordagem nas salas de aula. Podem também ser incluídos em pesquisas futuras, os estudantes do ensino fundamental, sendo importante a participação nesse caso, dos pais e responsáveis em virtude do grau de influência e decisão que detém nos alunos mais jovens.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2001, v. 9, n.2, p. 575-585.
- ANDRADE, Áurea Lúcia Silva et al. Gênero nas organizações: um estudo no setor bancário. **RAE eletrônica**, v.1, n.2, p.1-15, 2002.
- ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e gênero nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia Clínica**, v.17, n.2, p.41-52, 2005.
- AVILA, André Heloy; TONELI, Maria Juracy Filgueiras; ANDALÓ, Carmen Silvia de Arruda. Professores/as diante da sexualidade-gênero no cotidiano escolar. **Psicologia em Estudo**, 2011, v. 16, n. 2, pp. 289-298.
- BORTOLINI, Alexandre. O sujeito homossexual como tema de aula: limites e oportunidades didáticas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 45, p. 479-501, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 133- 184, jul./dez. 1995.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental**. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, DF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>>. Acesso em: jun. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Termo de Referência: Instruções para Apresentação e Seleção de Projetos de Capacitação/ Formação de Profissionais da Educação para a Cidadania e a Diversidade Sexual**. Brasília: (SECAD) - “Brasil Sem Homofobia”, 2005.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990].
- BUTLER, J. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. Tradução: Veronica Daminelli. São Paulo: Crocodilo, 2020.
- CARRARA, S. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, v.21, n.2, p.323-345, 2015.
- COSTA, Z. L. S. **Educação e orientação sexual na Educação Básica: gênero e sexualidade na produção acadêmico-científica brasileira no período de 2006 a 2015**. 2017. 235f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro Universitário La Salle, Canoas, 2017.
- CYFER, I. **“Afiml, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e "a questão do sujeito" na teoria crítica feminista”**. São Paulo: Lua Nova, 2015.
- ECCEL, C. S.; GRISCI, C. L. I. Trabalho e Gênero: a produção de masculinidades na perspectiva de homens e mulheres. **Cadernos EBAPE.BR**, v.9, n.1, p.57-78, 2011.

FELIPE, J. Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 77–87, 2007.

FRAGA, A. M. et al. O/A Profissional: As Interfaces de Gênero, Carreira e Expatriação na Construção de Trajetórias de Mulheres Expatriadas. **Brazilian Business Review**, v.17, n.2, p.192-210, 2020.

FREITAS, Kelly Ribeiro de; DIAS, Silvana Maria Zarth. Percepções de adolescentes sobre sua sexualidade. **Texto & Contexto - Enfermagem [online]**, v. 19, n. 2, p. 351-357, 2010.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FURLANETTO, M. F. et al. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática de literatura. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 168, p. 550-571, 2018.

GUIMARÃES, T. A Construção do corpo sexuado: uma reflexão sobre os significados de gênero e como este se articula com o corpo. **Revista Sociais e Humanas**, v.24, n.2, p.148-161, 2012.

JARDIM, D. P.; BRÊTAS, J. R. da. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira – SP. **Revista Brasileira de Enfermagem [on line]**, v. 59, n.2, p. 157-162, 2006.

JEOLÁS, L. S.; FERRARI, R. A. P. Oficinas para prevenção em um serviço de saúde para adolescentes: espaço de reflexão e de conhecimento compartilhado. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.8, n.2, p.611-620, 2003.

LEÃO, A.M.C. **Estudo analítico-descritivo do curso de Pedagogia da UNESP de Araraquara quanto à inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos**. 2009. 343f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

LEÃO, A. M. C.; RIBEIRO, P. N. M. As políticas educacionais do Brasil: a (in)visibilidade da sexualidade e das relações de gênero. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 7, n. 2, p. 28-37, 2012.

LIRA, A.; JOFILI, Z. O Tema transversal Orientação sexual nos PCN e a atitude dos professores: convergentes ou divergentes? **Ensino, Saude e Ambiente**, v. 3, n. 1, 30 abr. 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, vol. 19, nº 2, pp.17-23, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. In: LOURO G. L. (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 4.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p.7-43.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MANDÚ, E.N.T. **Adolescência: Saúde, sexualidade e reprodução**. In: Associação Brasileira de Enfermagem. Projeto Acolher: Adolescer, compreender, atuar, acolher. Brasília: ABEn; 2001. p.304.

MACEDO, Senei da Rocha Henrique et al. Adolescência e sexualidade: scripts sexuais a partir das representações sociais. **Revista Brasileira de Enfermagem [online]**, v. 66, n. 1, p. 103-109, 2013.

MARCON, Amanda Nogara; PRUDÊNCIO, Luísa Evangelista Vieira; GESSER, Marivete. Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola. **Psicologia Escolar e Educacional [online]**. 2016, v. 20, n. 2, p. 291-302.

MEYER, D.E. **Do poder ao gênero: uma articulação teórico-analítica**. In: LOPES, M. J., Meyer, D.E.; Waldow, V.R. (org.). Gênero e saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

OLIVEIRA, D. L. **Sexo e saúde na escola: isso não é coisa de médico?** In: MEYER, D. E. et al. (Orgs.). Saúde, sexualidade e gênero na educação de jovens. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 103-112.

PALMA, Y. A. et al. Parâmetros Curriculares Nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil. **Trends in Psychology/Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 727-738, 2015.

PAZ, Cláudia Denis Alves da. **“Eu tenho esse preconceito, mas eu sempre procurei respeitar os meus alunos”:** desafios da formação continuada em gênero e sexualidade. Tese – Doutorado em Educação – Faculdade de Educação/Universidade de Brasília. 2014.

PISCITELLI, Adriana. **"Re-criando a (categoria) mulher?"**. In: ALGRANTI, Leila Mezan (org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos, Campinas: IFCH/UNICAMP, n. 48, 2002. p.7-42.

PISCITELLI, Adriana. **“Gênero: a história de um conceito”**. In: BUARQUE DE ALMEIDA, H.; SZWAKI, J. (org.). Diferenças, igualdade. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

QUIRINO, G. da S.; ROCHA, J. B. T. da. Prática docente em educação sexual em uma escola pública de Juazeiro do Norte, CE, Brasil. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 19, n. 3, p. 677-694, 2013.

RABELO, A. O. Contribuições dos estudos de gênero às investigações que enfocam a masculinidade. **Ex-Aequo**, v.21, p.161-178, 2010.

ROCHA, N. H. N. **Questões de gênero e sexualidade na escola: discutindo políticas públicas e formação pedagógica**. 2015. 60f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2015.

ROSALDO, Michelle. O uso e abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e entendimento intercultural. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, n. 1, p. 11-36, 1995.

RUSSO, Kalline; ARREGUY, Marília Etienne. Projeto "Saúde e Prevenção nas Escolas": percepções de professores e alunos sobre a distribuição de preservativos masculinos no ambiente escolar. Physis: **Revista de Saúde Coletiva [online]**, v. 25, n. 2, p. 501-523, 2015.

SILVA, Miriam Pacheco; CARVALHO, Washington Luiz Pacheco de. O Desenvolvimento do conhecimento pedagógico do conteúdo de sexualidade na vivência das professoras. **Ciência; Educação**, v. 11, n. 1, p. 73-82, 2005.

FRANCISCATI DA SILVA, C. S.; LEIVAR BRANCALEONI, A. P.; RODRIGUES DE OLIVEIRA, R. Base nacional comum curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp.2, p. 1538–1555, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez, 1995.

VIEIRA, K. F. L. et al. Representação Social das Relações Sexuais: um Estudo Transgeracional entre Mulheres. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.36, n.2, p.329-340, 2016.

APÊNDICE A – Roteiro da entrevista semiestruturada aplicado na pesquisa

1. Perfil do entrevistado (a)

Idade	Tempo na profissão/ ano de formação
Estado civil	Religião
Disciplina que leciona	Contrato ou concurso
Carga horária	Turno de trabalho
Formação/ pós-graduação	Já deu aula em outras escolas?

1º bloco de perguntas:

2. Qual a sua opinião sobre tratar sobre educação sexual na escola? Qual o papel da escola e dos professores na formação dos estudantes em relação a essa temática?
3. Você acha importante a educação sexual?
4. Você considera que a educação sexual deveria ser tratada em uma disciplina específica ou como tema transversal?
5. Para você, quem é ou deveria ser responsável pela educação sexual dos estudantes?
6. Como você vê a questão dos preconceitos a respeito da orientação sexual, homossexualidade, padrões de corpo/vestimentas dos estudantes e relações de gênero dentro da escola?

2º bloco de perguntas:

7. O que você conhece sobre a temática da educação sexual? O que você diria que é o objetivo da educação sexual?
8. Você tem conhecimento sobre os documentos legais que versam sobre a educação sexual? O que conhece? Pode citá-los?
9. Os Parâmetros Curriculares Nacionais dividem a temática da educação sexual em três temas: Corpo: matriz da sexualidade, Relações de gênero e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS. O que sabe sobre esses tópicos?
10. Como a comunidade escolar entende essa temática?
11. Você se sente preparado para dar aulas sobre educação sexual na disciplina em que leciona?

3º bloco de perguntas:

12. Na sua formação inicial, foi abordada a temática da educação sexual?
13. Durante a carreira, você realizou algum curso externo que tratasse da temática da educação sexual? Se sim, quantos cursos realizou? Recorda a época que realizou? Como ficou sabendo do curso? Alguém solicitou que o realizasse? O que foi tratado no curso? O que você achou do curso?
14. No ambiente da escola, já recebeu alguma formação específica sobre a educação sexual? Se sim, como foi realizada (reunião, treinamento, materiais impressos recebidos, ou outro)? Qual a frequência dessas formações?
15. Você aborda em suas aulas a temática da educação sexual? De que forma você inclui a temática na sua disciplina? Qual estratégia pedagógica e didática utilizada por você? Pode citar um exemplo de aula que já ministrou sobre educação sexual? Quais recursos didáticos você já utilizou?
16. Em sua experiência, como os alunos se comportam nas aulas sobre educação sexual? Como é a participação deles em relação à temática na sua experiência?

APÊNDICE B – Questionário estruturado aplicado na pesquisa

Pesquisa sobre educação sexual

Prezado(a) participante,

Agradecemos a sua participação voluntária nesta pesquisa que objetiva compreender como a educação sexual é aplicada por professores e entendida por alunos do Ensino Médio de uma escola estadual do Rio Grande do Sul.

Esta pesquisa é realizada para o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS - como parte do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Alessandra Herpich Machado, com orientação do professor Dr. Felipe José Comunello e coorientação do Dr. José Luís Abalos Júnior.

O objetivo da pesquisa é realizar um estudo científico, estando assegurado, por meio deste documento, quem nem você, nem qualquer outro participante será identificado em nenhum momento. Lembrando que a sua participação é voluntária. Por favor, leia atentamente as instruções e responda todas as perguntas.

Perfil demográfico:

1. Gênero: ()Feminino ()Masculino ()Outro – especifique: _____
2. Idade: _____ 3. Turma: _____
4. Religião: ()Católica ()Evangélica ()Não tenho religião ()Outra: _____
5. Você vai à igreja: () Mais de 1 vez por semana () 1 vez por semana () 1 vez por mês () 1 vez por ano () Não costumo frequentar a igreja
6. Você está: () Solteiro(a) () Namorando () Casado(a) () Outro: _____
7. Você mora com: () Pais () Somente pai () Somente mãe () Outros parentes () Amigos(as) () Esposo(a)/Companheiro(a) () Outros: _____

Questões sobre educação sexual:

Marque apenas uma opção:

1. Você sabe o que é educação sexual?
 - a.() Sei o que é, e conseguiria explicar
 - b.() Sei o que é, mas não conseguiria explicar
 - c.() Não sei, mas tenho ideia do que é se trata
 - d.() Já ouvi falar, mas não sei o que é
 - e.() Não sei e nunca ouvi falar

2. A educação sexual compreende a discussão de temas como:
 - a.() Corpo e relações sexuais
 - b.() Identidade de gênero e temas pertinentes à diversidade
 - c.() Doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência
 - d.() Nenhuma das respostas anteriores
 - e.() Todas as respostas anteriores

3. Você considera a educação sexual:

- a.() Muito importante
- b.() Importante
- c.() Razoavelmente importante
- d.() Pouco importante
- e.() Sem importância

4. A educação sexual deve ser abordada nas aulas?

- a.() Não, esse assunto deve ser tratado em casa com os pais
- b.() Sim, em todas as disciplinas
- c.() Sim, mas apenas em disciplinas como Biologia ou Ciências
- d.() Sim, mas deveria ter uma disciplina específica de Educação Sexual
- e.() Sim, mas apenas em palestras com profissionais da saúde

5. Você já presenciou algum tipo de preconceito quanto a orientação sexual, homossexualidade, padrões de corpo/vestimentas ou relações de gênero na escola?

- a.() Nunca presenciei
- b.() É raro, mas já presenciei
- c.() Presenciei poucas vezes, não é comum acontecer
- d.() Presenciei muitas vezes, é comum acontecer
- e.() Presencio sempre, toda semana acontece

6. Você já teve aulas sobre temas da educação sexual?

- a.() Nunca tive aulas sobre educação sexual, e não falei sobre esse assunto na escola
- b.() Não tive aulas sobre educação sexual, mas já conversei com direção e/ou coordenação pedagógica sobre esse assunto
- c.() Não tive aulas sobre educação sexual, mas já conversei com professores sobre esse assunto
- d.() Sim, já tive aulas sobre educação sexual nas disciplinas de Ciências e Biologia
- e.() Sim, já tive aulas sobre educação sexual em várias disciplinas

7. Se você marcou a letra **E** na questão anterior, em quais disciplinas já teve aula sobre educação sexual? _____

8. Você se sente à vontade para falar e participar de aulas sobre a temática da educação sexual?

- a.() Me sinto muito à vontade
- b.() Me sinto à vontade
- c.() Não sei dizer
- d.() Não me sinto à vontade
- e.() Não me sinto nenhum um pouco à vontade

9. Marque por grau de importância (de 1 a 7), quais desses temas gostaria que fossem abordados nas aulas:

- () Corpo
- () Relações sexuais
- () Doenças sexualmente transmissíveis
- () Relações de gênero
- () Preconceitos
- () Diversidade
- () Gravidez e métodos contraceptivos